

A saúde na sala de aula

A SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO SETOR PRIVADO DE ENSINO ESTÁ CADA VEZ MAIS AMEAÇADA E SOFRE IMPACTO DIRETO, EM RELAÇÃO AO ACÚMULO DE FUNÇÕES E AO AUMENTO DA JORNADA DE TRABALHO, FRENTE À INCORPORAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS.



RAIO-X GAÚCHO

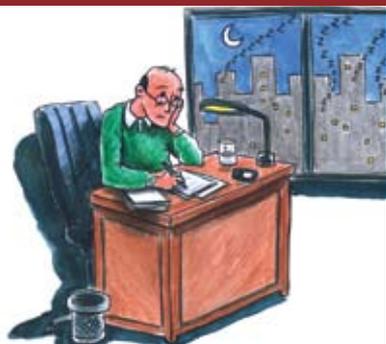
PESQUISA EM TODO O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REVELA QUE OS FATORES PREJUDICIAIS À SAÚDE DOS PROFESSORES ESTÃO RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO E ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO

ENTREVISTA: O QUE É SAÚDE?

ENTRE OUTROS TEMAS, PENINHA, DIRETOR DO DIESAT, FALA SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE DO TRABALHADOR E AMEAÇAS À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS FRENTE AO AVANÇO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

MERCANTILIZAÇÃO GERA VIOLÊNCIA

CONDIÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES E ESTUDANTES AFETAM A SAÚDE DOS TRABALHADORES, GERANDO DESGASTE FÍSICO, EMOCIONAL, E VIOLÊNCIA NA SALA DE AULA



3 EDITORIAL
Saúde do
trabalhador é
prioridade

4 EDUCACIONAL - ARTIGO
Docência –
condições de
trabalho e saúde

12 JURÍDICO - ARTIGO
Hora-atividade
docente: relevância
e alcance social

18 CAPA
Professor 2.0:
atividade real no
mundo virtual

24 ENTREVISTA
Pérsio Dutra - Peninha

28 CURTAS DAS FILIADAS

32 SINDICAL - ARTIGO
Trabalho docente e
saúde dos professores

40 CURTAS DA CONTEE

44 EM ALTA,
EM BAIXA

46 SINDICAL
Desgaste e violência
na sala de aula

49 LIÇÃO DE CASA
Professores sofrem mais
com problemas de voz

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
 Coordenação Regional Sul: **Cássio Filipe Galvão Bessa**
 Coordenação Regional Sudeste: **Francílio Pinto Paes Leme**
 Coordenação Regional Centro-Oeste: **Edson de Paula Lima**
 Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
 Coordenação Regional Nordeste: **Manoel Henrique Filho**
 Secretária Geral: **Cristina de Castro**
 Secretária de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
 Secretária de Assuntos Jurídicos: **João Batista da Silveira**
 Secretária de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
 Secretária de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
 Secretária de Formação e Políticas Sociais: **Rita Fraga de Almeida Zambon**
 Secretária de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
 Secretária de Questões de Gênero e Etnia: **Nara Teixeira de Souza**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
 Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Tiragem - **3 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

Saúde do trabalhador é prioridade

Ante as diversas lutas que se colocam no dia-a-dia do movimento sindical, uma das mais significativas é, sem dúvida, a valorização dos profissionais da educação. As imensas dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores se refletem diretamente na saúde de professores e técnicos e administrativos. Afinal, a qualidade de vida está relacionada a melhores condições de trabalho e remuneração – especialmente, diante do avanço irrefutável do volume de trabalho e comprometimento das atividades docentes, em função dos adventos das novas tecnologias.

Foi pensando nos temas mais sensíveis relacionados à saúde dos trabalhadores, especialmente da área educacional, que preparamos esta edição especial da Revista CONTEÚDO. Nas próximas páginas, você encontrará uma reportagem sobre o impacto das novas tecnologias e atividades virtuais no trabalho e na saúde dos docentes. E sobre o mesmo tema, poderá conferir uma entrevista com Pécio Dutra – o Peninha, diretor do DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho).

Verá ainda um artigo que ressalta o ponto de vista jurídico relacionado à questão da hora atividade docente e também um texto que apresenta informações detalhadas sobre pesquisa realizada pelo Sinpro Bahia, com apoio da CONTEE, a respeito das condições de saúde dos trabalhadores em educação da região de Salvador e Vitória da Conquista.

A violência dentro das salas de aula, e as inevitáveis consequências ao enfrentamento desta realidade no cotidiano do professor, também é um tema importante abordado nesta CONTEÚDO. Além de outra questão sensível à atividade docente: os problemas com a voz.

A análise dos resultados da recente pesquisa realizada pelo DIESAT, a pedido da Feteesul e seus sindicatos filiados, sobre a saúde dos trabalhadores do setor privado de ensino do Estado do Rio Grande do Sul também é destaque. Por fim, confira as ações desenvolvidas pelas entidades filiadas à Confederação, no que tange ao enfrentamento das questões de saúde, e as últimas informações sobre atividades realizadas pela CONTEE.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith





Docência – condições de trabalho e saúde

Por Wilson Cesar Ribeiro Campos* e Alexandra Marilto**

As mudanças sociais em épocas de globalização e revoluções tecnológicas trazem novas demandas aos profissionais de todos os setores e categorias. Para os profissionais da educação, mais especificamente para os docentes, não está sendo diferente. O custo dessas transformações tem sido verificado pela maior necessidade de investimento em formações contínuas e permanentes do corpo docente, pelo aumento das tarefas cotidianas do professor, pela notória insatisfação com os salários e com as condições de trabalho e pelo adoecimento da categoria.

Essa tensão entre as promessas e os impactos das transformações no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea é colocada em evidência pela OIT – Organização Internacional do Trabalho – em sua

campanha pelo trabalho decente. “No debate sobre trabalho decente é possível articular questões políticas e econômicas de âmbito nacional e internacional, alimentando com princípios fundamentais o debate acerca do tipo de globalização que queremos e os caminhos que estão sendo seguidos” (CAMPOS, 2008).

Pretende-se aqui fazer um breve relato das condi-

ções de trabalho e dos problemas de saúde relacionados especificamente à profissão docente encontrados na pesquisa realizada pelo Diesat, a pedido da Feteesul e seus sindicatos filiados, junto aos professores e técnicos administrativos do ensino privado em todo o estado do Rio Grande do Sul e em outras produções acadêmicas recentes.

Alguns sinais do descontentamento dos docentes com a profissão

O aumento do absenteísmo e o desejo de abandono da profissão são fenômenos que vêm sendo discutidos recentemente por pesquisadores e organismos de gestão públicos.

Gasparini, Barreto e Assunção (2005), citando Zaragoza, apontam que “o absenteísmo seria um mecanismo de defesa utilizado contra a tensão derivada do exercício docente, uma forma de atingir um alívio para escapar das tensões acumuladas”.

No ensino privado, ao contrário do observado juntos aos trabalhadores do setor público, encontramos docentes trabalhando com dores, sem voz ou com outros tipos de adoecimentos em virtude do receio de possíveis reprimendas da direção ou até mesmo da possibilidade de perda das aulas.

Os professores e as condições de trabalho Estudos como o de Mourinho Mosquera (1978), em sua investigação sobre os sentimentos dos professores da grande Porto Alegre, já apontavam para a frustração desses profissionais em relação a diversos aspectos de seu trabalho, sendo estes: excesso de alunos por sala; preocupação maior com conteúdo e menor com o processo ensino-aprendizagem; grande número de tarefas fora de sala de aula; redução de salário; carência material e de equipamentos; falta de tempo para preparo das tarefas; demasiadas reuniões na instituição escolar; direção

insegura, ineficaz, rígida; e falta de interesse dos alunos.

Esse autor cita uma pesquisa da década de 1960, realizada por McLaughlin e O’Shea no estado da Califórnia, Estados Unidos, em que os pesquisadores receberam dos professores respostas muito semelhantes às encontradas em Porto Alegre. Em outros trabalhos mais recentes encontramos os mesmos aspectos de descontentamento dos professores em relação ao seu trabalho, como podemos ver na pesquisa de Vedovato e Monteiro (2008), incluindo fatores psíquicos: “...tarefas extraclasses, reuniões e atividades adicionais, problemas com alunos que chegam até ameaças verbais e físicas, pressão do tempo, etc.”.

Diversos trabalhos e pesquisas realizadas nos últimos anos e em diferentes localidades mostram que, além do peso em exercerem uma atividade cujo reconhecimento social vem declinando ao longo dos anos, os professores sofrem com aspectos relacionados ao ambiente e à organização de seu trabalho.

Em relação aos salários temos ainda uma desproporção entre os profissionais dos diversos níveis de educação, entre as instituições públicas e privadas e entre as instituições da esfera pública. “A profissão em destaque é a de juiz, com um

No ensino privado, ao contrário do setor público, encontramos docentes trabalhando doentes por receio de reprimendas ou possibilidade de perda das aulas.

rendimento médio de quase 20 vezes o valor do rendimento médiomensal do professor da educação infantil, por exemplo” (INEP/MEC, 2003).

Para os que percorrem as escolas, é comum ouvir dos educadores queixas sobre o aumento da carga de trabalho do professor com relação ao número de relatórios e documentos a serem preenchidos pelos docentes, além de muitas atividades extras como participação em eventos e projetos da escola que não são contabilizadas nas horas de trabalho. Para muitos docentes o tempo de preparação e planejamento de aulas também não está computado nas horas de trabalho, pois são realizados em seu tempo livre, ou entre o deslocamento de uma atividade a outra, ou de uma escola a outra.

A questão da carga horária é um dos fatores que chamam a atenção dos pesquisadores e organismos internacionais em diversas análises sobre as condições de trabalho do professor e sobre qualidade na educação. Jornadas de trabalho semanal superior a 40 horas são consideradas preocupantes:

Este fato provavelmente tem duas razões: 1) a falta de professores faz

com que eles atuem em mais de um turno ou mesmo em mais de uma escola e, principalmente, 2) a necessidade de aumentar os rendimentos. Independentemente da causa, a dupla ou tripla jornada, com certeza, compromete o desempenho do professor, pois concorre com outras atividades que exigem tempo adicional para docência: planejamento das atividades em sala de aula, disponibilidade para oferecer atendimento ao aluno e atividades administrativas relacionadas à escola” (INEP/MEC, 2003).

Os educadores apontam o grande número de alunos por sala como um problema. Apesar das recomendações da Unesco de no máximo 30 alunos por turma, para permitir que o professor ocupe-se de cada aluno em sala, esse número vem aumentando consideravelmente, girando em torno de 35 a 40 alunos na década de 90, não sendo incomum encontrarmos hoje de 45 a 50 alunos em diversas salas. Há relatos de salas de aula com mais de 100 alunos, nos casos de algumas instituições de ensino privado.

As conclusões do relatório INEP/MEC (2003) apontam para diversos problemas encontrados em nossa pesquisa com os professores, e dentre eles podemos destacar a extensa jornada de trabalho e o grande número de atividades extraclasse que, nas palavras do relatório, “compromete a qualidade do trabalho docente e reflete-se no baixo índice de aproveitamento dos alunos”.

A pesquisa nas instituições de Ensino Privado no RS

A pesquisa “Condições de Trabalho e Saúde dos Professores e Técnicos Administrativos no Ensino Privado do RS” foi dividida em três etapas.

A primeira etapa foi constituída por diversas reuniões com dirigentes sindicais do setor de ensino privado em todo o estado do Rio Grande do Sul. Nessa etapa, com o objetivo de compreender a extensão e significado da demanda apresentada pela Feteesul e suas organizações filiadas, os técnicos do Diesat realizaram diversas reuniões preparatórias com representantes de todas as

organizações envolvidas. Essas reuniões serviram para compreender a demanda e as expectativas envolvidas, bem como o enfoque e as etapas necessárias para execução da pesquisa. Foi constituído um grupo de acompanhamento da pesquisa com membros de todas as entidades envolvidas.

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a utilização de entrevistas presenciais com professores e técnicos administrativos em todo o estado do Rio Grande do Sul. Nessa etapa, foram escolhidas 23 cidades, distribuídas em 9 regiões do estado, procurando manter um equilíbrio entre instituições de ensino privado do nível ao superior e entre participantes do sexo feminino e masculino. Foram entrevistados 230 trabalhadores voluntariamente, buscando-se compreender as principais características do trabalho na instituição de ensino, as principais demandas e as tarefas rotineiramente realizadas e explorar a compreensão de cada trabalhador sobre o lugar do trabalho em sua vida e as relações deste com sua saúde. As entrevistas seguiam um roteiro semiestruturado com liberdade para aportes específicos por parte dos trabalhadores.

A terceira etapa da pesquisa foi constituída pela aplicação de questionário que visava identificar o perfil dos trabalhadores do setor, sua compreensão acerca de sua saúde em geral, sua qualidade de vida e os principais aspectos de sua realidade de trabalho e as relações deste com sua saúde. O trabalho desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relativo à percepção de qualidade de vida, serviu de base para o questionário, que recebeu adaptações e inclusão de temas específicos, seguindo orientação da análise das entrevistas.

O total de questionários respondidos (dentre docentes e técnicos administrativos) alcançou 4.480 em um universo total de trabalhadores estimados em 42.695 professores e técnicos de ensino, representando uma amostra total de 10,5%. Junto aos docentes foram enviados questionários por meio eletrônico a todos os associados do Sinpro/RS, Sinpro Caxias e Sinpro Noroeste, em um total de 23.478 associados. O total de respostas foi de 1.680, representando 7,16% dos questionários enviados.

Principais resultados

Os resultados apresentados aqui se referem ao material colhido através do instrumento de questionário e sua correlação com as entrevistas.

Os principais fatores prejudiciais à saúde dos professores no ensino privado apontam diretamente para a organização do trabalho e as relações no local de trabalho.

Fatores como jornada de trabalho, excesso de atividades, pressão de chefias e colegas de trabalho, assédio moral no trabalho, relação com chefias, colegas professores, pais e alunos, estão entre os principais geradores de agravos à saúde física e mental dos professores.

A síndrome de Burnout aparece caracterizada ao identificarmos que: 47% dos professores afirmam se sentir constantemente esgotados e sob pressão mais do que o habitual; sendo 78% quando considerados os últimos seis meses; 41% dos professores alegam sentir irritação frequentemente, além de sentirem-se na situação em que não irão dar conta das tarefas e atividades. Essa síndrome é caracterizada como um sentimento de exaustão, de perda de enorme energia e de impotência para ação, em um processo lento e vagaroso, sobretudo através de uma situação de trabalho que o

Os principais problemas de saúde manifestados são insônia, rouquidão e perda de voz, alergias, tendinites e dores nas articulações, enxaquecas, gastrites...

trabalhador não suporta mais, mas que também da qual não pode desistir.

As principais manifestações físicas de problemas de saúde são: dores (71%); problemas de sono (59%); rouquidão e perda de voz (49%); problemas alérgicos (47%); tendinites e problemas de articulação (44%); enxaquecas (33%); gastrites (27%); obesidade (23%); hipertensão (19%) e por último os cânceres (2%). Dentre os problemas relacionados ao sofrimento mental e questões emocionais, temos: estresse (35%); ansiedade (32%); depressão (11%); síndrome do pânico (3%), e outros (2%). Chama a atenção que somente 17% dos professores alegam não sofrer nenhum tipo de adoecimento ligado às questões mentais e emocionais.

De modo geral, a pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde dos professores do ensino privado no estado do Rio Grande do Sul aponta para problemas sérios na relação entre trabalho e saúde dos professores.

É possível afirmar que: (1) existem problemas sérios na relação entre trabalho e saúde dos professores; (2) o trabalho está prejudicando a saúde do professor no

ritmo e na forma como está a organização do trabalho nas instituições de ensino privado; (3) o professor está adoecendo em razão do trabalho e ainda tem que se manter no trabalho, mesmo adoecido; (4) os professores constantemente enfrentam pressão e a assédio no local de trabalho; e (5) a utilização de medicamentos aparece de forma preocupante e como recurso para enfrentar a carga e a jornada de trabalho.

Algumas considerações

As relações entre saúde e condições de trabalho em instituições de ensino têm sido cada vez mais estudadas e ocupam hoje lugar de crescente preocupação por parte das principais organizações que atuam nos campos da saúde e do trabalho, nacional e internacionalmente. A produção acadêmica sobre o tema é extensa e tem acompanhado essa crescente preocupação sem, no entanto, aprofundar todos os aspectos relacionados a essa questão.

Da mesma forma, embora de modo ainda empírico e incipiente, os sindicatos dos trabalhadores no ensino têm desenvolvido diferentes iniciativas buscando enfrentar os problemas para a saúde decorrentes do trabalho dos profissionais de educação nas instituições de ensino. Nesse sentido, a proposta dessa pesquisa e de todas as atividades relativas à sua plena execução foi acompanhada de uma recepção positiva por parte dos docentes e técnicos administrativos de ensino. Podemos considerar, por exemplo, o retorno dos professores e técnicos administrativos ao questionário. O índice de respostas ficou acima do esperado, o que aponta para alguns elementos para reflexão.

A necessidade e a busca por espaços de escuta confiáveis e seguros por parte dos trabalhadores no setor de ensino surgem como um primeiro aspecto a ser abordado. Parece existir uma carência notável de espaços para que os professores possam livremente abordar as condições em que realizam seu trabalho, identificar as pressões sofridas e os diversos aspectos de relação e impacto do trabalho em sua saúde.

O uso de medicamentos estimulantes, antidepressivos, calmantes ou tranqüilizantes surge como tentativa

de manter o professor em atividade e auxílio para suportar o cotidiano de trabalho desgastante, ainda que em detrimento da saúde física e mental do professor. Quase a metade dos docentes diz necessitar de tratamento com medicamentos e outros procedimentos.

Sobre as condições de trabalho especificamente, os principais problemas parecem não estar diretamente relacionados ao ambiente físico de trabalho, como temperatura, ventilação, barulho, limpeza, etc., mesmo que em algumas situações sejam relatados problemas nesse campo. Um dos pontos de destaque trata da questão dos episódios de humilhação no espaço de trabalho, questão premente e geradora de crescentes problemas de saúde relacionados ao trabalho, o assédio moral.

O assédio moral no trabalho pode ser definido como qualquer conduta abusiva, como gestos, palavras, comportamentos ou atitudes, que atente, por sua repetição, contra a dignidade ou a integridade física ou psíquica de uma pessoa. A pesquisa realizada apontou como principais fontes de assédio moral no trabalho dos professores do ensino privado. Em destaque a pesquisa apontou que 33% dos professores sentem-se assediados moralmente no trabalho por alunos. As chefias imediatas e as chefias superiores aparecem como fonte de assédio moral no trabalho para 31% dos professores. É importante ressaltar que esse é um alto índice se comparado com outras pesquisas realizadas em outras atividades profissionais.

Uma particularidade que gostaríamos de chamar a atenção é o grande número de professores que indicam outros colegas professores como fonte de assédio moral no trabalho. Nessa situação encontram-se 23% dos professores. Esse tem sido um mecanismo utilizado de forma indireta por algumas instituições de ensino para manter o professor “ligado”, buscando “trazer novos alunos”, “vestindo a camisa”, ficando sempre “disponível”, etc., como relatam os próprios docentes entrevistados.

Estudos recentes questionam a “efetividade” desse tipo de atitude e ambiente para aumentar a “produtividade” docente e apontam o efeito contrário: a piora nas condições de trabalho e saúde.

Os ditames da produtividade, quando aplicada à

educação, acabam por estimular a reprodução de uma lógica que tem por base a exploração máxima e o desrespeito aos limites físicos e mentais. Nesse sentido, dentre outros problemas apresentados, a conduta do assédio moral é a base para o sofrimento físico e mental em larga escala, que passa a atingir a todos e conduz a uma deterioração ainda maior das relações e da organização do trabalho.

Nas entrevistas esse foi tema presente e fortemente apontado por docentes como um dos fatores que causam sofrimento mental, emocional e desgaste físico no trabalho. Esse aspecto ganha força quando verificamos que a grande maioria dos docentes não identifica problemas na estrutura física de seu ambiente de trabalho ou falta de recursos para exercer suas atividades, mas, ao contrário, que isso faz com que a cobrança e a pressão sejam mais fortes e frequentes, principalmente por parte das chefias imediatas e superiores.

Dentre as principais queixas levantadas pelos professores encontram-se: falta de tempo para a devida preparação das tarefas docentes, aumento do cansaço devido à extensa jornada e ao número de atividades extraclasse, o grande número de atividades docentes sem remuneração adicional e exercidas fora do horário da jornada, a excessiva pressão sofrida no trabalho. O relato dos professores indica que esse quadro vem se agravando nos últimos anos.

Cansaço e esgotamento físico e mental frequentes nos últimos seis meses são indicados por 78% dos professores e estão diretamente relacionados ao trabalho.

As instituições de ensino têm se utilizado, cada vez mais, da tecnologia de comunicação, internet e computadores como ferramenta para ampliar o número de atividades e manter o professor sempre conectado. Essas ferramentas se, por um lado, aparentam facilitar o trabalho docente, por outro acabam por induzir e exigir que o professor assuma atividades adicionais.

Algumas dessas atividades eram antes exercidas por outros profissionais, outras são novas atividades que são adicionadas à extensa lista de funções do professor. Uma das características desse modelo é poder ser realizado a qualquer hora e em qualquer lugar, seja na própria instituição de ensino, no horário de intervalo, após o final das aulas, ou mesmo a distância, diretamente da casa do professor, à noite ou aos finais de semana.

Algumas frases que traduzem bem esta realidade são: “o professor é 24 horas por dia professor”, “o professor tem que estar sempre à disposição da instituição, dos alunos, dos pais, da chefia, a todo o momento, em qualquer hora”, ou “chego em casa e mal falo com meus filhos, vou di-

reto para o computador, responder e-mails, inserir notas, fazer relatório”.

Os impactos desse excesso de atividades para a saúde física e mental são evidentes e se manifestam nas relações familiares e sociais, na ausência de tempo para lazer, para estudo, para descanso.

A pesquisa indica que 70% dos professores frequentemente exercem tarefas docentes fora de seu horário de trabalho, sendo que quase 30% acabam também exercendo tarefas que estão além de sua função.

Trabalho, cansaço e esgotamento frequente

O cansaço e esgotamento físico e mental frequentes nos últimos seis meses são indicados por 78% dos professores e estão diretamente relacionados ao trabalho. Os professores indicam alguns períodos ao longo do ano letivo em que o cansaço e o esgotamento são intensificados, como ao final do ano letivo, período de avaliações e fechamento de notas.

Chama a atenção que 45% dos professores entrevistados apresentaram algum problema de saúde física ou mental relacionado ao seu trabalho, sendo que 39% precisaram se ausentar do trabalho por ao menos um dia em razão dessas doenças.

No entanto, o fato de apenas 6% dos docentes terem se afastado do trabalho por mais 15 dias nos últimos seis meses reforça a afirmação de, apesar de estarem adoecendo, os docentes não se afastam do trabalho para cuidar da saúde, pelo temor de demissão e por pressão de chefias.

O uso de medicamentos, até mesmo sem receita, principalmente nos casos de antidepressivos e antipsicóticos, podem ser sinais desse receio da descoberta de seu adoecimento pela instituição onde trabalham ou até mesmo pelos colegas, temendo demissões ou reprimendas.

Ao caracterizar-se o processo de adoecimento como de cunho individual, o uso de medicamentos aparece como resistência pessoal às dificuldades cotidianas do trabalho. Entretanto, os fatores geradores da dor, do

estresse, da humilhação e do esgotamento não são modificados. Pesquisas realizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia indicam que o trabalho vem afetando cada vez mais a saúde dos professores, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o trabalho docente como uma profissão de risco, e uma das mais estressantes atualmente. Isso ressalta a importância dessa e de outras pesquisas.

Em outras categorias profissionais, o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho também vem crescendo. Há uma relação direta com a constatação de aumento de pressão por produtividade, o uso de tecnologias, além do excesso de atividades e longa jornada de trabalho. Portanto, a luta por melhores condições de trabalho, por uma jornada de trabalho mais justa e pela defesa da saúde no trabalho deve estar na agenda de professores, trabalhadores e da sociedade. ●

Notas

3 O *Diesat*, Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, é uma instituição fundada em 1980 pelas entidades sindicais, com o objetivo de buscar melhores condições de trabalho e de defesa da saúde de trabalhadores em diversos ramos de atividade e representados por diferentes sindicatos e centrais sindicais.

4 A *Feteesul*, Federação Estadual dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Privado do Rio Grande do Sul, foi fundada em 1985 e reúne os oito sindicatos de trabalhadores do setor: *Sinpro/RS*; *Sinpro Caxias*; *Sinpro Noroeste*; *Sintae/RS*; *SAEE Passo Fundo*; *SAE São Leopoldo e região*; *SAE Caxias e região*; e *Sinteeep Ijuí*. Esses sindicatos representam mais de 44.000 profissionais, entre funcionários e professores, que atuam em cerca de 800 instituições de ensino na Educação Infantil, Educação Básica, Educação Profissionalizante, Educação Superior e cursos livres, reunindo mais de 400.000 alunos.

5 McLAUGHLIN, J. W. e J. T. O'SHEA "California teachers' job dissatisfaction. In: *California J. of Educ. Research* 11, 1960, p. 216-224.

6 World Health Organization *Quality of Life (WHOQOL)*. Para mais informações acerca da Organização Mundial da Saúde (OMS): www.who.int

Bibliografia
CAMPOS, W. C. R. *Trabalho Docente na América Latina e Brasil: estratégias e considerações filosóficas*. In: CAMPOS, W. C. R. e SILVA, E. B. (orgs.) *Trabalho e Saúde: tópicos para reflexão e debate*. *Diesat*, São Paulo, 2008.

INEP/MEC. *Estatísticas dos Professores no Brasil*. INEP/MEC, Brasília, 2003.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica e da Educação Superior*. INEP/MEC, Brasília, 2006.

MOURIÑO MOSQUERA, J. J. O professor como pessoa: com uma investigação sobre os sentimentos dos professores. *Sulina*, 2ª edição. Porto Alegre, 1978.

UNESCO Institute for Statistics - UIS. *Oferta e procura de professores na América Latina e no Caribe: Garantindo uma educação de qualidade para todos – perfil regional*, Montreal, 2006.

_____. *Teachers and Educational Quality: Monitoring Global Needs for 2015*, Montreal, 2006.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. *Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas*. *Revista Escola de Enfermagem USP*. São Paulo, v. 42, n. 2, 2008.

* Wilson Cesar Ribeiro Campos é Psicólogo pela USP, pós-graduado em Saúde Coletiva pela UNIFESP e membro do Conselho Científico do *Diesat*.

** Alexandra Mari Ito é Psicóloga pela USP, pós-graduada em Saúde Coletiva pela UNIFESP e colaboradora do *Diesat*.

Artigo publicado originalmente na *Revista Textual*, publicação semestral do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – *Sinpro/RS*, Volume 1, número 12, outubro de 2009, páginas 22 a 29.

Salvo escassas exceções, em algumas instituições de educação superior, não há plano de carreira, em que pese o art. 16, do Decreto Federal n. 5.773/06, exigi-lo, como condição essencial, para o credenciamento, a autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos, em todas elas. A título de ilustração, toma-se o caso do Estado de Goiás, no qual, das sessenta e três instituições particulares de educação superior credenciadas pelo MEC, apenas uma, efetivamente, possui plano de carreira.

As demais fazem constar de seu plano de desenvolvimento institucional — PDI arremedos de plano de carreira, com a única finalidade de obter o seu credenciamento, a autorização ou o reconhecimento de cursos, perante o MEC, jamais os tornando eficazes.

Faz-se imperioso ressaltar que se o MEC examinasse tais arremedos de plano, com mais rigor, nenhum deles passaria por seu crivo, porque chegam a ser atentatórios à dignidade de cátedra; entretanto, não o faz. Mas, o pior é que sequer esses são implantados.

No que pertine à educação básica, não há nenhuma garantia legal neste sentido, nas escolas particulares. Apesar de o direito brasileiro vedar o enriquecimento sem causa, como assevera o art. 884, do Código Civil de 2002, o que mais se vê, são exigências de trabalho, sem a correspondente contraprestação de salário, por sua realização, notadamente no que se relaciona com as atividades desenvolvidas fora da sala de aula, ou seja, para além da preleção ou ministração de aulas. É consabido que as atividades dos professores, que antecedem e que sucedem à preleção ou ministração de aulas, são tão ou mais intensas que essas: atividades que se destinam ao estudo e à preparação de aulas, à correção de trabalhos, provas e tarefas, ao atendimento de pais e de alunos, às reuniões pedagógicas, tais como Conselho de Classe e Congregações.

O art. 13, da Lei n. 9.394/96, enumera as tarefas às quais se incubem os professores, a saber, de forma literal:

“Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I. participar da elaboração da proposta pedagógica

do estabelecimento de ensino;

II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III. zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V. ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.”

Como se depreende da leitura do artigo retrotranscrito, a regência de classe representa, tão-somente, uma das múltiplas tarefas atribuídas aos docentes.

Aliás, este é o entendimento do TST, como se constata pela ementa abaixo transcrita, extraída do Acórdão prolatado no recurso de revista, processo RR 520070/98, publicado no Diário de Justiça de 6 de junho de 2003.

“Horas Extras. Professor. Atividade Extra Classe.

1. O labor do professor em prol do educandário não se exaure na tarefa em si de lecionar em sala de aula. Também compreende inúmeras atividades extraclasse, seja na correção de provas e na avaliação de trabalhos, seja no controle de frequência e registro de notas, estes cada vez mais exigidos do professor, em nome da economia de custos com pessoal da área administrativa.

2. Reputa-se tempo de serviço efetivo, à luz do art. 4º, da CLT, inclusive para efeito de horas extras, a atividade extraclasse comprovadamente realizada pelo professor e cuja execução derive de determinação do empregador ou da própria natureza do magistério.

3. Recurso de Revista conhecido e desprovido.

É bem de ver-se que considerável parcela delas, necessariamente, deve ser realizada no âmbito da escola, com destaque para aquelas descritas nos incisos I, II, V e VI e mais: são tarefas para além da ministração de horas aula. Não é crível e, muito menos, razoável e legal, que as escolas remunerem os seus professores apenas pelas horas-aula ministradas e exija-lhes o cumprimento de todas essas tarefas, como sói acontecer, de modo quase generalizado.

Afronta a moralidade e o art. 884, do Código Civil, tal exigência, pois que ela consiste em enriquecimento sem causa. Os resultados dessa sinistra operação são, por um lado, a superexploração dos docentes, com o exorbitante aumento da taxa de lucro das escolas, e, por outro, a não realização de diversas tarefas, imprescindíveis para o desenvolvimento da educação preconizada pelo art. 205, da Constituição Federal, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quando muito, tem-se educação informadora, que instrui os jovens para os processos seletivos de ingresso na educação superior. Pouco se pode falar de educação formadora, em escolas particulares.

Muitos sindicatos, no afã de minorarem a superexploração dos professores, conseguiram incluir e manter nas

suas convenções coletivas, a chamada hora-atividade, que representa um determinado percentual de acréscimo no salário-base, como compensação pela realização de algumas das tarefas descritas no art. 13, da LDB.

Não obstante o real significado dessa garantia, pois que ameniza o grau de exploração do trabalho docente, não se deve concebê-la como sendo a mais razoável e recomendável, pelas seguintes razões, a saber: Primeiro, porque, nem de longe, representa a contraprestação pecuniária adequada para as atividades que são desenvolvidas fora da sala de aula, mas, um pequeno acréscimo financeiro, por sua realização.

Segundo, porque aquelas que, necessariamente, devam realizar-se no âmbito da escola, e que são essenciais para garantir a educação escolar formadora, ou não são realizadas, em flagrante prejuízo desta e, por conseguinte, da cidadania, ou, são realizadas sem remuneração.

Como equacionar, de maneira satisfatória, a questão? A nosso juízo, a resposta satisfatória nos é dada pelo art. 67, da LDB, mais, precisamente, em seu inciso V; o caput e o citado inciso

dispõem, de forma literal:

“Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

...

V — período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (grifou-se)”.

O inciso em destaque encerra todas as atividades previstas no art. 13, também da LDB, alhures transcrito.

Sabidamente, preconiza que a carga horária semanal docente, em prol da educação formadora, deva ser distribuída entre regência de classe, estudos, planejamento e avaliação qualitativa, é claro, esta, nos estritos parâmetros do art. 24, inciso V, alíneas a a e, e 47, ambos da LDB.

De um modo geral, os sistemas de ensino, no que tange ao magistério público na educação básica, prevêm a destinação de parcela da carga horária semanal, sendo, em muitos casos, de um terço, para os fins previstos no inciso V, do art. 67.

Nada obsta, aliás, tudo recomenda que esse percentual seja extensivo às escolas particulares, posto que estas, como concessão do Estado, possuem as mesmas funções e iguais obrigações de uma escola pública, com exceção da oferta de ensino religioso.

A consecução dessa garantia, com certeza, representará uma revolução do trabalho docente nas escolas particulares, quer quanto ao seu volume, que será muito menor, em razão da significativa diminuição das tarefas que são realizadas em casa, quer quanto a sua qualidade, haja vista a possibilidade de se fazer tudo aquilo, e de forma remunerada, que hoje é impossível, como estudar, planejar e, efetivamente, avaliar qualitativamente a aprendizagem dos alunos, em decorrência da necessidade de se trabalhar em várias escolas, porquanto nenhuma delas remunera-o condignamente.

Em uma palavra, com a extensão da garantia em questão, aos professores das escolas particulares, ganharão eles e, por excelência, a comunidade. Registra-se que essa extensão já suscitou muitas controvérsias, notadamente por parte das escolas particulares, que, terminantemente, recusam-se a aceitá-la.

Muitas delas e de suas entidades representativas afirmam, categoricamente, e sem pejo algum, que as obrigações contidas no art. 13, da LDB, alcançam a todos os professores, quer trabalhem em escolas públicas, quer em escolas particulares. Todavia, as garantias previstas no art. 67, do mesmo diploma legal, restringem-se aos professores de escolas públicas. Quanta insensatez, e, por que não dizer, desfaçatez.

O TST, por meio de sua Primeira Turma, em recente decisão, prolatada nos autos do Recurso de Revista n. 1.255/02, com Acórdão publicado no Diário de Justiça da União, edição do dia 10 de agosto de 2007, suplanta essa marota e despropositada interpretação, ao considerar, inovadoramente, que a garantia inserta no art. 67, inciso V, da LDB, alcança, também, os professores das escolas particulares.

“RECURSO DE REVISTA HORAS-ATIVIDADE — PROFESSOR. Da leitura da Lei n. 9.394/96 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo no inciso V do art. 67 da legislação, verifica-se que já está incluído na carga horária

do professor o tempo reservado a estudos, planejamento e avaliação do conteúdo programático de ensino da Instituição. Nesse sentido é o art. 320 da CLT. Dessarte, da análise da legislação e do texto consolidado, não se permite a conclusão do percebimento da horatividade, sob pena de afrontar o disposto no art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido.”

Por ser de fundamental relevância para o deslinde do tema sob discussão, transcrevem-se, aqui, excertos do epígráfico Acórdão, que dão ampla e determinante sustentação à tese que defendemos, quanto à obrigatoriedade de se reservar, nas escolas particulares, parcela da carga horária semanal contratada, para o desenvolvimento de atividades que se realizam para além dos estritos limites da sala de aula.

“....

Não se pode olvidar que é notório que os professores desempenham tarefas fora da sala de aula, tais como a preparação de aulas e a avaliação de trabalhos e provas. Neste sentido, ensina Mozart Victor Russomano, Comentários à Consolidação das Leis

do Trabalho. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988. p. 304: (...) quatro aulas consecutivas ou seis alternadas, no decurso de um dia, constituem exaustivo trabalho mental, que só pode ser bem apreciado por quem já teve o dever de lecionar. [...] o trabalho de quatro ou seis horas de aulas representa esforço continuado por tempo muito maior que esse. O trabalho do mestre é silencioso em dois sentidos: os brilhos recaem mais sobre o aluno do que sobre o professor; a aula, que ele expõe em poucos minutos, esconde atrás de si a meditação de muitas horas, os ensinamentos colhidos através de muitos anos e a preparação indispensável da matéria lecionada. De modo que, na verdade, quatro ou seis horas de aulas representam mesmo para os professores experimentados e profundos conhecedores da matéria que lecionam, grande esforço mental e, no mínimo, mais algumas horas de estudo preparatório. (grifos nossos). Este trabalho, contudo, não se encontra inserido dentro do conceito de hora aula, o qual remunera somente as aulas prestadas pelos trabalhadores.

Desta forma, o não reconhecimento e remuneração do exercício de tarefas fora de sala de aula e do estabelecimento escolar, mas exercidas em função da atividade docente, acaba afrontando o princípio do direito do trabalho, pelo qual todo o trabalho deve ser remunerado, sem qualquer distinção, configurando salário complexo, vedado pelo Enunciado n. 91 do TST. Recorde-se que, dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil dispostos no art. 1º da Constituição Federal de 1988, estão os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV). A Constituição da República estabelece o trabalho como direito social em seu art. 6º e considera, em seu art. 170, a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa como fundamentos da ordem econômica.

É possível a fixação de outra remuneração aos professores, na forma do art. 320 da CLT, bastando que se tome por base o número de aulas ministradas pelo trabalhador, pois aquele dispositivo somente determina que a remuneração será fixada com base no número de aulas, mas não limita esta remuneração somente à prestação das aulas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 —, em conformidade com os princípios constitucionais acerca do

trabalho humano, reconhece o direito dos professores a terem um período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído em sua carga horária (art. 67, inciso VI). Trata-se norma auto-aplicável aos sistemas de ensino, atingindo tanto aos estabelecimentos de ensino público como privados.

É bem verdade que tal decisão ainda não se constitui no posicionamento definitivo do TST sobre a matéria, posto ser de Turma, passível de modificação pela Seção de Dissídios Individuais. No entanto, representa, isto sim, um passo certo e seguro para a solução da questão, que tanto aflige os professores e a comunidade. Todavia, como se trata de adequada interpretação de norma educacional de longo espectro social, de real e palpável interesse coletivo, há de se acreditar que será confirmada em todas as instâncias judiciais, sob pena de se negar eficácia aos princípios constitucionais insertos no art. 205, da Constituição Federal, pois que não se pode conceber como razoável que a educação escolar esgote-se nos estritos limites da sala de aula.

No âmbito da educação superior, há de se acrescentar a garantia contida no parágrafo único, do art. 69, do Decreto Federal n. 5.773/06, assim exarada, de forma literal:

“Parágrafo único. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação” (grifou-se).

Não se argumente que essa garantia é reservada apenas para os docentes de tempo integral, pois que, proporcionalmente, as tarefas daqueles que não se enquadram nessa modalidade de contrato, são absolutamente idênticas, notadamente nos quesitos de estudo, pesquisa, planejamento e avaliação.

Conclusões

A nosso ver, os sindicatos, em defesa dos professores e da educação, devem, a partir de agora, buscar, pelas vias legais que se fizerem necessárias, a efetividade de sobredita garantia, em substituição à chamada hora-atividade, que, repita-se, além de restrita, no tocante à remuneração de todas as atividades realizadas fora da sala de

aula, não serve à educação, haja vista não contemplar a reserva de tempo para o docente mais bem se qualificar, pesquisar, planejar e avaliar qualitativamente a aprendizagem dos alunos.

Consideramos que a defesa intransigente da aplicação do disposto no inciso V, do art. 67, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, extrapola, em muito, o campo meramente corporativo da luta sindical, posto que não se limita a buscar a remuneração de todas as atividades reservadas aos docentes, mas, também, e com o mesmo alcance, a proporcionar a proporcionar-lhes as condições para que cumpram todas as tarefas necessárias ao efetivo desenvolvimento da educação escolar formadora de que trata o art. 205, da Constituição Federal.

Com a adesão da Justiça do Trabalho a essa luta, de incomensurável relevância social, descortinam-se novos horizontes para os docentes e, principalmente, para a educação escolar, ministrada em escolas particulares. Afinal, como dizia o saudoso e incomparável mestre Paulo Freire: a educação sozinha não muda a sociedade, mas, tampouco, há mudança social sem ela. ●

** Licenciado em História, Bacharel em Direito, Coordenador do Departamento Jurídico do SINPRO-GO; Assessor jurídico do SINTRAE-MS; Membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, do qual foi presidente de 2005 a 2007, sendo, até abril de 2009, presidente da Câmara de Educação Básica desse Conselho.*

Artigo publicado originalmente no livro: “Professores: Direitos Trabalhistas e Previdenciários dos Trabalhadores na Educação/ homenagem a Evandro Lins e Silva; José Luciano de Castilho Pereira, coordenador. – São Paulo: LTr, 2008.”



Professor 2.0: atividade real no mundo virtual

O mundo digital, que encurta espaços e incrementa todas as atividades humanas – do trabalho ao lazer, chegou para ficar. Na educação, expandiu a sala de aula e o trabalho do professor: as relações deixaram de ser apenas presenciais e passaram a ser, também, virtuais. Isso está gerando mais trabalho e, conseqüentemente, mais responsabilidade. Definir novas formas de remuneração e condições adequadas de trabalho para essa nova atividade é um desafio que precisa ser enfrentado, para reduzir os impactos negativos no exercício da profissão e na saúde do professor.

Uma das características centrais da sociedade capitalista é a forma como se padronizou a remuneração do trabalho: a partir do tempo gasto para a execução de determinada atividade. Assim, o trabalhador recebe uma remuneração correspondente ao número de horas, ou seja, a uma jornada de trabalho.

Dito desta forma parece simples, mas não é. Com a introdução de novas tecnologias, em cada período histórico, o trabalho, em todas as áreas, foi ganhando maior complexidade e, conseqüentemente, os critérios para conferir um valor à jornada também.

Atualmente, a era digital e o advento da internet são alguns dos fatores que têm trazido novas questões ao debate sobre trabalho e remuneração. No caso da atividade do professor, esse tema tem suscitado grande discussão, que envolve um terceiro elemento: a saúde.

De acordo com Maria das Graças de Oliveira, diretora do GT Saúde do Sinpro Minas, mestre em Ciências Sociais e doutoranda em Ciência da Informação, em relação os impactos das novas tecnologias na saúde do professor, a nova ordem mundial, o novo modo de produzir e comercializar “aparecem refletidas sobre o trabalho em si, nos níveis de emprego, no meio ambiente e nos níveis de saúde das populações e dos trabalhadores, em particular. Com os professores e professoras, sejam da esfera pública ou privada, não é diferente e várias pesquisas têm comprovado isso”.

The Twitter logo, featuring the word "twitter" in a lowercase, sans-serif font, rendered in a light blue color with a subtle drop shadow, set against a darker blue rectangular background.The Facebook logo, featuring the word "facebook" in a lowercase, sans-serif font, rendered in white, set against a dark purple rectangular background.The Flickr logo, featuring the word "flickr" in a lowercase, sans-serif font, rendered in blue, with the final letter "r" in red, set against a white background.

Ela explica que as exigências do mundo competitivo em que as escolas estão inseridas, principalmente, no nível superior de ensino, “passa-se a cobrar do professor conhecimento em constante atualização, rápida adaptação às novas tecnologias e aos valores sociais, que se renovam a cada dia, entre outras questões. Entretanto, a maioria

O professor encontra-se entre os profissionais que mais estão impactados pelo estresse.

das escolas não oferece condições suficientes para as práticas educacionais exigidas, quer seja em termos de materiais didáticos, recursos audiovisuais e, sobretudo, em relação ao ambiente físico das salas de aula. Além disso, o salário não é condizente com a responsabilidade do educador”.

Esse quadro explica o porquê o professor encontra-se entre os profissionais que mais estão impactados pelo estresse. Segundo pesquisa feita nos Estados Unidos, o absenteísmo do professor é devido, em grande parte, ao estresse ocupacional. Ao serem questionados se optariam pela profissão novamente, 52% declararam que não.

No caso brasileiro, segundo Codo, W. & Sampaio, “o estresse do professor parece estar relacionado ao salário não digno, à precariedade das condições de trabalho, ao alto volume de atribuições burocráticas, ao elevado número de turmas assumidas e de alunos por sala, ao mau comportamento desses alunos, ao treinamento inadequado do professor diante de novas situações e emergências da época. O professor sofre, ainda, com pressões de tempo, pressões dos pais dos alunos e de suas preocupações pessoais extra-escola”.

As constatações dessas pesquisas coincidem com os resultados da pesquisa “O Trabalho e os agravos à saúde dos professores da rede privada de ensino de Minas Gerais”, realizada pelo Sipro Minas, em 2009. Esse estudo destacou que o processo de adoecimento no setor educacional é cada vez maior, em decorrência da mercantilização da educação, do aumento da carga de trabalho e também do impacto das novas tecnologias no cotidiano docente.

Sala de aula – real e virtual

Primeiro a lousa e o giz, em seguida o quadro de anotações e a caneta, o retroprojeter, a televisão

e depois o computador: tecnologias que foram pouco a pouco alterando a atividade do professor dentro da sala de aula. Agora a internet é um novo ingrediente: a sala de aula se “desmaterializou”, ou seja, se expandiu do mundo real para o mundo virtual por meio dos blogs, microblogs, redes sociais, e-mails. A relação do professor com o aluno extrapolou o contato presencial e se intensificou a partir das relações digitais.

Neste sentido, o presidente da Fepesp – Celso Napolitano, considera que o ambiente virtual rompeu os limites físicos da sala de aula. “É o professor 30 horas: ele permanece em classe por seis aulas e vinte e quatro horas à disposição para postar material, atender aluno, responder às demandas da coordenação etc. Além disso, outras atividades, mais tradicionais, continuam existindo, mas são executadas de forma diferente. É o caso, por exemplo, da substituição das tarjetas de notas pelo envio

online e a entregas de provas, antes à mão e agora, digitadas.

E quais são as consequências dessa nova realidade? Napolitano responde: “Do ponto de vista pedagógico, a atividade docente tornou-se mais complexa, exigindo recursos e maior qualificação, na qual o domínio do conteúdo precisa combinar-se ao uso de ferramentas cada vez mais sofisticadas. Do ponto de vista das condições de trabalho, essas mudanças exigem uma disponibilidade cada vez maior do professor. Como consequência, há uma enorme sobrecarga de trabalho que ainda não é remunerado”

E a saúde...

Não seria, então, de se espantar que todo esse acúmulo de novas funções, essa exigência maior de disponibilidade, a necessidade de se manter atualizado e antenado com as novidades e ter a habilidade de traduzir isso em instrumentos educativos estão afetando

a saúde do professor. São mais horas dedicadas ao trabalho e menos tempo disponível para o lazer, a cultura, o descanso. A pressão sobre o professor vem da instituição e do aluno e não é compatível com a remuneração, com condições apropriadas para o exercício da docência.

A questão que se coloca com mais força nesse cenário é o aprofundamento do debate sobre a valorização do professor, que vem sofrendo uma depreciação antes mesmo da introdução das novas tecnologias.

O processo de adoecimento no setor educacional é cada vez maior, em decorrência da mercantilização da educação, do aumento da carga de trabalho e também do impacto das novas tecnologias no cotidiano docente.

A presidente da APROPUCC Campinas – Associação dos Professores da PUC-Campinas, Viviane Aparecida de Lima, faz uma reflexão abrangente do problema. Ela procura conceituar o que está se conveniando chamar de novas tecnologias em educação, separando-as em leves – novas metodologias de desenvolvimento individual e coletivo no processo de aprendizagem – e duras – que envolvem mais diretamente a inserção de equipamentos e ferramentas de trabalho.

“Eu penso que as primeiras, as tecnologias leves e leve-duras são imensamente mais exigentes para um processo ensino aprendizagem eman-

A sala de aula se “desmaterializou”, se expandiu do mundo real para o mundo virtual por meio dos blogs, microblogs, redes sociais, e-mails.

cipador, pois elas exigem condições de trabalho que favoreçam o trabalho coletivo, criativo, em ambientes escolares democráticos, que respeitem a autonomia do professor no processo ensino-aprendizagem. Por isso, pagamentos de horas de reuniões, diminuição do número de alunos em sala de aula, são alguns dos aspectos que julgo serem fundamentais para que as tecnologias duras fiquem no seu devido lugar no processo ensino-aprendizagem. Contudo, sei que várias escolas exigem coisas absurdas do professor que podem elevar em muito a sua demanda de trabalho. Mas cada caso é um caso. Para efeitos do movimento sindical, se há a utilização e a compreensão indevidas do uso das novas tecnologias duras e isso recai sobre a demanda de trabalho docente, então o combate deve ser à concepção de educação que estas escolas têm e, portanto, à mercantilização da educação”, avalia Viviane de Lima.

Para a presidente da APROPUC, “a saúde do professor é afetada por outros aspectos que não necessariamente estão ligados diretamente ao uso das tecnologias duras em educação, mas à ausência de autonomia, de democracia, de trabalho coletivo e cooperativo, excesso de trabalho, trabalhar em mais de uma escola, ter muitos alunos em sala de aula, não ter boas condições de trabalho, tais como bons salários, um microfone para poupar a voz e até mesmo ausência de valorização

profissional, como estímulo à formação permanente, carreira docente, enfim tantas outras situações”.

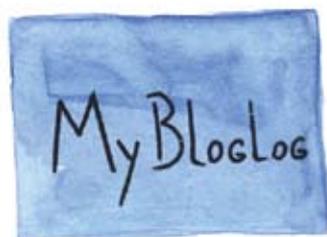
A hora-tecnológica

O movimento sindical está atento ao aumento do trabalho extraclasse do professor, que já ganha o nome de “hora-tecnológica” e têm intensificado as discussões sobre o tema, inclusive incluindo a questão na pauta de negociação salarial.

“Lutar pelo pagamento do trabalho tecnológico tem o sentido de disciplinar as cobranças que são feitas aos professores e garantir condições de trabalho adequadas”, afirma Celso Napolitano. Pensando nisso, a Fepesp incluiu como uma das principais reivindicações da campanha Salarial 2010 o pagamento pelo trabalho tec-

É preciso definir como contabilizar o tempo que o professor permanece à disposição da escola, mesmo sem a sua presença física.

You Tube
orkut
Linked in



nológico, com base no número de horas que o professor permanece à disposição da escola, mesmo a distância, para alimentar as plataformas e interagir com os alunos.

A introdução desse novo tema na Campanha Salarial não foi simples. Inicialmente não havia o reconhecimento por parte dos donos de instituição de ensino da existência desse trabalho extra-classe. Mas os debates foram se acumulando e qualificando e o patronato passou não só a admitir esse novo trabalho como o fato de que não é remunerado. Fica o desafio de avançar no debate sobre a construção dos critérios de remuneração da “hora-tecnológica” e incluí-la nas Convenções Coletivas.

E esse não é um desafio qualquer. É preciso definir quais as atividades se inserem nesse novo padrão, qual o valor a ser pago e, principalmente, como contabilizar o tempo que o professor permanece à disposição da escola, mesmo sem a sua presença física.

A Fepesp reconhece que não é possível definir um adicional fixo para todos ou mesmo ampliar a hora-atividade. Primeiro, porque o nível de exigência é diferente de escola para escola. Em segundo, pela rapidez com que se dá o avanço técnico e as novas exigências. Se adotado um percentual fixo, rapidamente ele ficará defasado em razão do aparecimento de novas tecnologias.

“Nossa pretensão é ambiciosa: queremos estabelecer um novo paradigma nos critérios de contratação e remuneração dos professores. E isso passa pelo reconhecimento do trabalho a distância que o professor realiza”, diz Napolitano. ●

“Saúde não é ausência de doença”

A Revista CONTEÚDO – Especial Saúde traz a seguir uma entrevista exclusiva com diretor do DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho), Pêrsio Dutra – o Peninha. Ele fala sobre o conceito de saúde do trabalhador, as especificidades do trabalho em educação, o impacto da introdução de novas tecnologias nas funções docentes e os riscos e ameaças à saúde dos profissionais frente ao avanço da mercantilização do ensino.



Como definir o que é saúde do trabalhador?

Peninha – Saúde é um conjunto de coisas que te trazem uma situação, tanto emocional, como física, que permite que você desenvolva normalmente as suas atividades de maneira a poder responder as suas necessidades, aos seus desejos de forma satisfatória. Quando falamos em saúde do trabalhador, estamos falando exatamente desse conjunto de condições que um trabalhador tem que ter tanto para trabalhar, quanto para viver. Não existe trabalho que seja neutro a saúde. Em alguns casos ele pode ter até uma influência positiva, mas em outros casos ele pode ter uma influência bastante negativa. Portanto, basicamente, saúde do trabalhador é uma situação de equilíbrio, de bem estar e satisfação tanto emocional, como física. Não é então somente ausência de doença, é muito mais do que isso. E esse é o conceito entendido hoje universalmente, adotado inclusive pelo OMS (Organização Mundial da Saúde).

No caso de trabalhadores em educação a questão da saúde tem particulari-

“Saúde do trabalhador é uma situação de equilíbrio, de bem estar e satisfação tanto emocional, como física”.



Fotos: Maira Soares

dades e características diferenciadas?

Peninha – Em primeiro lugar, o profissional de educação tem uma interação direta com os alunos, que são também o objeto da sua ação – uma ação de transformação de um estado de conhecimento. Isso existe responsabilidade, que normalmente não é apenas com um indivíduo, mas é com um grupo. O segundo ponto é que o trabalho dele se dá dentro da sala de aula, porém há toda uma atividade anterior de preparação e uma atividade posterior, que é a avaliação da aula e do aprendizado do conteúdo. O seu trabalho não envolve apenas aquele momento em que ele está lá fisicamente, mas envolve também numa atividade cognitiva que se desenvolve fora do espaço da sala de aula, ou seja, fora daquele “posto de trabalho”. Terceiro, existem riscos inerentes e específicos na atividade de lecionar. Riscos físicos, que podem ser ligados até a violência ou inerentes àquela atividade, como a de ter que ficar com o braço em supinação quando se está escrevendo em lousa ou de contaminação com pó de giz, entre outros; e há o risco à saúde mental, não só pela responsabilidade, mas também da carga emocional. Há ainda o ponto de vista da pressão, das metas. Hoje o profes-

sor recebe pressão dos familiares dos educandos, dos próprios alunos e do conjunto da direção da escola – tanto no ensino particular, quanto no ensino público. Portanto, o risco à saúde mental está relacionado a tudo isso e também à dificuldade de um professor encontrar bons estabelecimentos de ensino, com boas condições de trabalho.

O que é preciso para garantir ao trabalhador da educação boas condições de vida e saúde?

Peninha – Se a gente for olhar do ponto de vista do

“Não existe trabalho

interesse da sociedade como um todo, não resta à menor dúvida de que ser professor seria uma das mais nobres profissões e merece ser valorizada como tal. É fundamental que ele tenha reconhecimento pela importância do papel que ele está desempenhando. É fundamental que se dêem condições de trabalho para que ele desempenhe bem esse papel, porque o professor tem uma responsabilidade com o futuro de uma determinada sociedade. E há outra coisa, os frutos do trabalho da educação não são mensuráveis em termos de PIB (Produto Interno Bruto), porque só vão aparecer ali daqui uma geração. Então, ao se empregar e remunerar um professor, é fundamental que se tenha noção de que na realidade ele representa um investimento, que vai gerar dividendos para todos os indivíduos daquela sociedade.

Conduto, a mercantilização da educação no ensino particular vai trazer para o professor um componente a mais de desgaste emocional e de agravamento de saúde mental que é justamente a pressão, até dos próprios alunos, porque eles são os “clientes”. No fundo, o que interessa para o dono do estabelecimento de ensino é que o pessoal pague e se forme e outros alunos entrem. Por isso, não pode haver um descontentamento.

Como a introdução de novas ferramentas tecnológicas afetou o trabalho docente?

Peninha – Todas as novas tecnologias

introduzem novas formas de dominação, de corrupção, de burocracia. As novas tecnologias, em relação ao professor, vão transferir o trabalho de maneira tanto sutil, como escancarada – tal como ocorre com outras atividades. Hoje o professor que prepara uma aula tem que ter o conhecimento do uso de ferramentas de computação, como, por exemplo, o Power Point. Isso implica em um esforço de um novo aprendizado, que vai implicar também em uma demanda cognitiva maior e, assim, você vai ter algumas consequências, como um maior grau de autoexigência, de irritabilidade, de sentimento de pressão do tempo. Ou seja, vai causar uma série de novos agravos à saúde,

“A mercantilização da educação traz um componente a mais de desgaste emocional e de agravamento de saúde mental”.



que seja neutro a saúde”.

principalmente agravos na saúde mental, e vai provocar também um sentimento de frustração e impotência pelo fato de não estar preparado para absorver com facilidade essas novas tecnologias, essas novas ferramentas. Nós não podemos esquecer que hoje existe, junto com a introdução de novas tecnologias, uma imposição de metas cada vez maiores, que provocam esforços, por sua vez, cada vez maiores também. Sendo que os limites de resistência dos seres humanos, embora variem de uma pessoa para outra, existem e não são flexíveis. Você pode esticar a corda até um determinado ponto, passou daquilo estoura. É isso que vai acontecer com a saúde do professor.

É possível absorver essas novas tecnologias de forma produtiva e manter a saúde do trabalhador da educação?

Peninha – O fundamental é tirar a pressão do fator monetário, ou seja, educação não é uma questão que em si está destinada a gerar lucro. O fundamental quando se pensa em educação é colocar na frente o objetivo de toda a sociedade, que é criar um aprendizado de qualidade e que seja consistente, que se mantenha e seja duradouro. Se isso não for feito, vamos, automaticamente, ficar na mesma lógica da eficiência que diverge de toda a produção capitalista, que não é uma produção feita para trazer felicidade aos seres humanos, mas sim uma produção feita para a geração de lucros, de mais capital, de mais dinheiro. Se não tivermos claro que o componente que a gente tem que ter a respeito da educação é justamente a humanização do ensino e a formação de cidadãos melhores, com capacidade de discernimento, tanto político, como social e econômico, vamos continuar causando problemas para professores, auxiliares de ensino, técnicos, para os alunos e, fundamentalmente, para a nossa sociedade.●



“O risco à saúde mental está relacionado à dificuldade de um professor encontrar bons estabelecimentos de ensino com boas condições de trabalho”.

Sinpro Minas promove ações de saúde junto à categoria

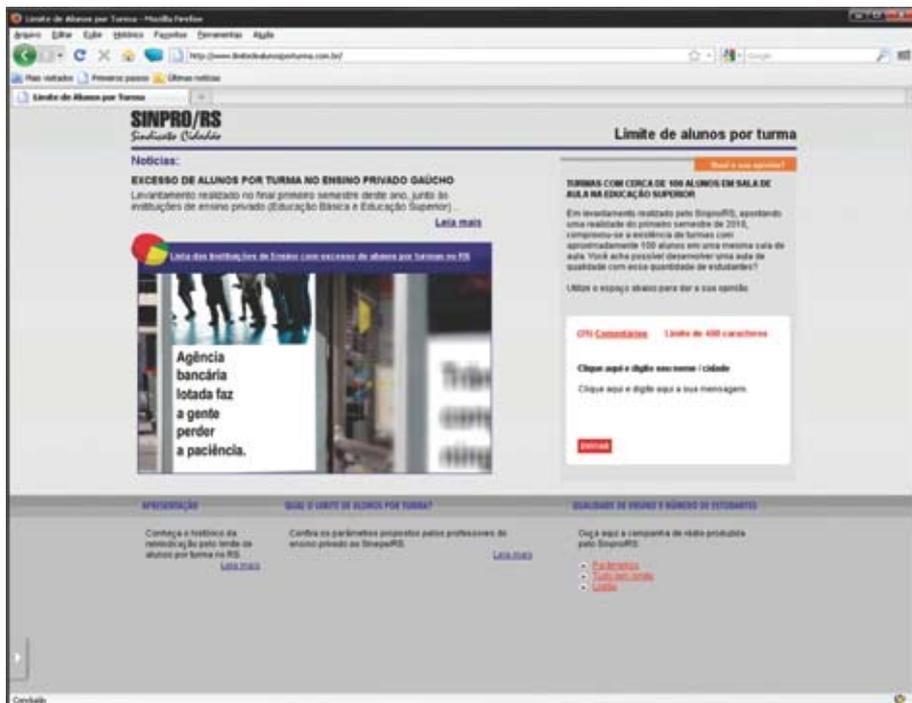
Em 2009, o Sinpro Minas desenvolveu a pesquisa “O trabalho e os agravos à saúde dos professores da rede privada de ensino de Minas Gerais”, em parceria com o Ministério do Trabalho (por meio da Fundacentro), a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Fitee) e Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar (Saae-MG). Os dados mais relevantes do estudo foram transformados em uma cartilha sobre saúde, que foi amplamente difundida entre a categoria. Essa pesquisa foi assunto de várias reportagens em veículos de comunicação, criando “novos elementos e subsídios capazes de facultar ações preventivas mais efetivas para a melhoria das condições de trabalho e saúde dos professores”. Outro material está sendo distribuído para ampliar a conscientização dos professores sobre como reagir às práticas de assédio moral nas escolas.

Além disso, o Sinpro Minas desenvolveu, em 2008 e 2009, o projeto Oficina da Voz, em Belo Horizonte. As



oficinas ofereceram aos educadores, gratuitamente, orientações individuais e atendimentos na área de fonoaudiologia para prevenção, avaliação e diagnóstico de distúrbios relacionados ao uso da voz. Outra ação de saúde direcionada à categoria é o convênio entre Sinpro Minas e Unimed-BH, que possibilita um desconto de cerca de 30% no custo dos planos de saúde para os professores sindicalizados.

Sinpro/RS debate limite de alunos por turma



No contexto da campanha “A saúde do professor está no limite”, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS (Sinpro/RS) lançou no mês de julho o site www.limitedealunosporturma.com.br. Trata-se de espaço criado para informar à sociedade, especialmente pais e estudantes, sobre o excesso de alunos por

turma praticado nas instituições de ensino privado do RS. A proposta é constituir um canal de comunicação dinâmico e interativo para promover o debate público sobre o tema.

O site chama a atenção para a importância da limitação de estudantes por turma, uma reivindicação antiga do Sinpro/RS ao Sindicato Patronal (Sinepe/RS). O excesso de alunos é considerado um dos elementos que prejudica a qualidade do ensino e contribui para o adoecimento dos professores. Em maio deste ano, o Sinpro/RS fez um levantamento junto às instituições de Educação Básica e Superior no RS para identificar o problema e o resultado pode ser visto no site. Novo levantamento será realizado no segundo semestre.

Veja proposta de limitação de estudantes por turma apresentada pelo Sinpro/RS:

EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação infantil

0 a 2 anos: 7 alunos;

3 a 4 anos: 15 alunos;

5 a 6 anos: 20 alunos.

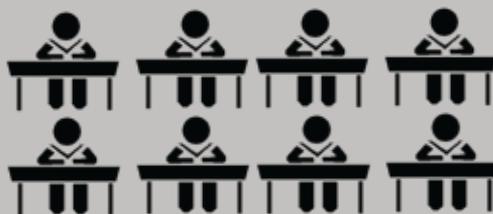
Ensino fundamental

Séries iniciais: 1ª à 4ª série/1º a 5º ano: 25 alunos;

Séries finais: 5ª à 8ª série/6º a 9º ano: 35 alunos.

Ensino médio: 40 alunos.

EDUCAÇÃO SUPERIOR: 50 alunos



Simpro-Rio:

Campanha “Condições de Trabalho e Saúde do Professor” completa um ano

No primeiro semestre de 2010, a campanha “Condições de Trabalho e Saúde do Professor”, do Sinpro-Rio, completou um ano. Durante o período, o projeto foi amplamente divulgado no Rio de Janeiro, através de outdoors, busdoors, salas de cinema e distribuição de cartilhas sobre a síndrome de Burnout.

A campanha, lançada na sedes e subsedes do Sindicato; apresentada nos conselhos Municipal e Estadual de Educação; no 9º Congresso da Feteerj; no 7º Congresso da Contee, entre outros locais, ultrapassou a esfera corporativa e vem sendo discutida e absorvida pela sociedade.

Outra vitória do projeto foi a aproximação do Sindicato com a categoria. Antes, não era possível ter entrada em alguns espaços, mas, com sua grande aceitação, esse panorama mudou e a lógica tradicional foi invertida. Hoje, o Sindicato pode se exercer melhor politicamente junto com a categoria.

Ao longo do ano, as oficinas continuaram e foi lançada uma nova cartilha, agora tendo o assédio moral como tema. O Sinpro-Rio tem a certeza que, com o apoio da categoria e da sociedade, conseguirá reverter este atual quadro de precarizações das condições de trabalho dos professores no Rio de Janeiro.

SINPRO/ES proporciona atendimento gratuito para professores

Os professores sindicalizados do Espírito Santo contam com um programa de atendimento personalizado, que disponibiliza gratuitamente psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos para atender a categoria. A iniciativa é do SINPRO/ES e reflete a constante preocupação da entidade com a saúde do professor. Para agendar as consultas, os sindicalizados precisam apenas ligar para o SINPRO/ES ou comparecer pessoalmente à sede do sindicato e informar a especialidade desejada. Já para os filhos dos professores, são oferecidos – também de forma gratuita – testes vocacionais. Mais informações acesse: www.sinpro-es.org.br.



Vídeo sobre saúde do trabalhador é destaque na TV Sintae/RS

Arquivo Sintae/RS



A mais nova iniciativa do Sintae/RS no campo da comunicação foi a produção de vídeos para a TV Sintae, que estarão disponíveis em agosto para acesso na internet no novo site do sindicato – www.sintaers.org.br. Com atualização quinzenal, o canal agrupará os programetes de diversos temas gravados com entrevistados, divididos em categorias, entre as quais, a Saúde do Trabalhador. Com média de 3 minutos – tempo indicado para internet – em alta definição, um dos programetes foi com o médico do Trabalho Rogério Dornelles, que explanou sobre os principais fatores de adoecimento da categoria de técnicos administrativos no ensino privado gaúcho. Ele enfatizou o alto índice de registros de doenças com repercussões emocionais e osteomusculares. “Ao mesmo tempo em que aumenta nossa capacidade de diagnóstico e de boas terapias, existe uma piora na saúde dos trabalhadores, em virtude do aumento da exigência no ambiente de trabalho”, comentou durante a entrevista.

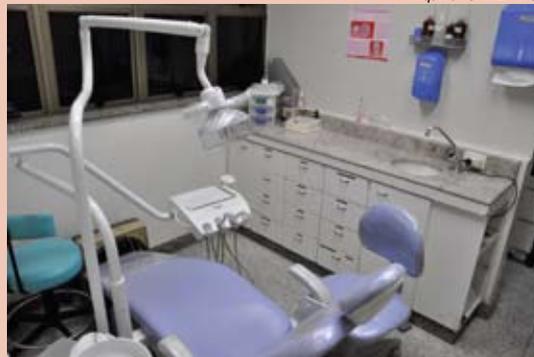
SAAE-MG: Saúde ao alcance do trabalhador

O Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAEMG) em parceria com o Sinpro-MG e a Fitee, promoveu em 2007 pesquisa para avaliar o perfil e as condições de trabalho da categoria.

Com coordenação técnica da Fundacentro, a pesquisa possibilitou entender a situação dos auxiliares de administração escolar e intensificar ações focadas na saúde e no bem-estar de seus filiados como, por exemplo, a ampliação da rede de convênios por diversos municípios do estado.

Além disso, na sede do Sindicato há salas adaptadas para as especialidades de psicologia, fonoaudiologia e acupuntura. Também há dois consultórios odontológicos a serviço dos filiados – iniciativa que acompanha o SAAEMG desde seus primeiros anos.

Arquivo SAAE-MG



Trabalho docente e saúde dos professores
do setor privado de ensino:

Algumas evidências *empíricas*

Por Tânia Maria de Araújo^{1,2}, Eduardo José Farias Borges dos Reis^{2,3},
Fernando Martins Carvalho³, Cristina Kavalkievcz²

Este artigo apresenta uma síntese de três investigações epidemiológicas realizadas em professores da rede particular de ensino, de diferentes níveis de ensino (pré-escola, ensino fundamental I e II e ensino médio) em dois municípios do Estado da Bahia (Salvador e Vitória da Conquista).

Os primeiros estudos epidemiológicos sobre saúde e trabalho docente no Brasil surgiram na década de 90. Em geral, os estudos existentes têm produzido resultados bastante similares (ARAÚJO et al., 1998; CODO et al., 1999; SILVANY-NETO et al., 2000; DELCOR, 2004; REIS et al., 2005; GASPARINI et al., 2006; NORONHA et al., 2008; ARAUJO et al., 2008a; PARANHOS & ARAÚJO, 2008). Destacam-se, pela sua relevância, três grupos de problemas de saúde entre docentes: problemas relacionados à voz, problemas osteomusculares e problemas relacionados à saúde mental. Os estudos evidenciaram também que: a) as condições objetivas do trabalho confirmam a exposição dos docentes a uma série de problemas de saúde; e b) as formas como o trabalho ou as condições de trabalho se estruturam associam-se aos processos de adoecimento detectados.

No Estado da Bahia, foram realizados, desde a década de 90, vários estudos sobre a saúde e

trabalho de professores. Os estudos foram realizados por um grupo de pesquisa estruturado a partir de parceria entre o Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFBA, o Núcleo de Epidemiologia da UEFS e o SINPRO/BA. O primeiro estudo foi realizado em 1995-1996, para atender a uma demanda do Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino do Estado da Bahia (SINPRO-BA). A diretoria do Sinpro-BA identificou entre professores e professoras o crescimento de um evento que eles denominavam de “outubrite” - ocorrência de doenças e agravos dos professores e professoras no final do ano letivo: cansaço generalizado, problemas de voz, elevação da irritação e impaciência. A demanda do sindicato era, então, avaliar o processo de desgaste gerado pelo trabalho docente na rede particular de ensino e compreender os fatores associados à esse “mal-estar” identificado pela categoria. Este primeiro estudo foi apoiado e financiado pela CONTEE.

O trabalho de pesquisa e de atuação em saúde do trabalhador seguiu-se nos anos seguintes: atualmente, já somam 15 anos de trabalho em saúde do professor no SINPRO-BA. Os resultados de três desses estudos serão brevemente descritos aqui.

Estudos realizados na Bahia com foco em docentes das escolas particulares

Foram realizados três estudos com professores dos municípios de Salvador, e Vitória da Conquista, incluindo docentes da pré-escola, ensino fundamental e médio. Os estudos foram similares quanto aos procedimentos metodológicos, incluindo os

instrumentos de pesquisa e técnicas de análise de dados utilizadas. As pesquisas empregaram o desenho de estudo epidemiológico do tipo corte transversal. Este tipo de estudo caracteriza-se pela avaliação simultânea de potenciais fatores de risco e doença ou agravos à saúde, em um ponto do tempo ou num período curto de tempo.

Populações estudadas / Critérios de seleção da amostra.

Estudo 1 - Professores da Rede Particular de Ensino de Salvador (1996-1998) - Amostra de 573 professores da rede particular de ensino de Salvador, selecionada por amostragem aleatória por conglomerados (58 escolas), estratificada

proporcionalmente pelo tamanho da escola: pequena, média e grande (ARAÚJO et al., 1998; SILVANYNETO et al., 2000);

Estudo 2 - Professores da Rede Particular de Ensino de Vitória da Conquista (2001-2002)

- Um censo entre os 308 docentes das dez maiores escolas particulares do município entrevistou 250 indivíduos (taxa de resposta de 81,1%) (DELCOR et al., 2004);

Estudo 3 - Professores da Rede Particular do Ensino Fundamental e Médio, atendidos no sindicato da categoria em Salvador (2002-2004).

De outubro de 2002 a outubro de 2003, 1.015 professores compareceram ao SINPRO-BA. A maioria procurou o sindicato para tratar de aspectos relacionados a rescisões contratuais. Uma amostra não-aleatória, de conveniência, de 634 docentes concordou em

responder a um questionário padronizado sobre suas condições de trabalho e saúde (FARIAS, 2004).

Para a coleta de dados foram utilizados questionários estruturados e auto-aplicáveis. As informações coletadas foram auto-referidas e incluíram: identificação geral do entrevistado (sexo, escolaridade, idade, situação conjugal); da escola onde ele respondeu ao formulário (tempo de trabalho como professor e na escola investigada, carga horária de trabalho na semana, turno de trabalho); características do ambiente de trabalho e queixas de doenças (avaliadas por meio de uma lista de queixas e sintomas referentes à saúde física mais frequentes entre professores/as).

Características Sociodemigráficas e do Trabalho

Estudo 1 - Professores da Rede Particular de Ensino de Salvador - A média de idade dos professores estudados foi $34,7 \pm 8,7$ anos. As mulheres representaram 74% da população estudada; 71,9% dos docentes tinham nível superior completo. O tempo médio na profissão foi de $11,5 \pm 7,7$ anos, 43,1% trabalhavam em mais de uma escola particular, 20,2% trabalhavam em uma outra escola pública e 27,7% tinham outra atividade remunerada além da atividade docente. As condições de trabalho positivas mais referidas foram: boa relação com os colegas (97,9%), autonomia no planejamento das atividades (89,8%) e satisfação no desempenho da atividade docente (88,8%). As condições de trabalho negativas mais referidas foram: esforço físico elevado (78,8%), exposição a poeira e pó de giz (62%) e fiscalização contínua do desempenho (61,9%).

Estudo 2 - Professores da Rede Particular de Ensino de Vitória da Conquista - As

mulheres predominaram (82,8%). A média de idade foi de $34,5 \pm 7,5$ anos; 72,1% tinham nível de escolaridade superior (em curso ou completo). O tempo médio de trabalho como professor foi de $11,4 \pm 6,9$ anos. A carga total média de trabalho semanal (todas as escolas) somava $34,3 \pm 16,9$ horas. Em média, os professores tinham 3,9 turmas, número médio de $30,1 \pm 9,1$ alunos por turma; 59,3% referiram trabalhar em outra escola e 9,2% em mais de duas escolas; 19,9% mantinham outra atividade remunerada além da docência. A permanência de pé durante o período de aula foi referida por 96,7% dos professores. Dentre as características do trabalho destacaram-se: ritmo acelerado (67,9%), manutenção de posição inadequada e incômoda do corpo (65,4%), posições da cabeça e braços inadequadas e incômodas (53,4%) e longos períodos de intensa concentração em uma mesma tarefa (51,9%).

Estudo 3 – Professores da Rede Particular do Ensino Fundamental e Médio, atendidos no sindicato da categoria em Salvador

- Dentre os 634 professores, a maioria era do sexo feminino (76,1%) com média de idade de $34,1 \pm 7,9$ anos; 82,5% tinham até 40 anos; 81,7% tinham nível superior completo ou em curso (sendo 23% com especialização, 4,6% com mestrado e 0,6% com doutorado). O tempo médio de trabalho como professor foi de $11,0 \pm 6,7$ anos. A maioria dos professores (52,4%) tinha de 6 a 15 anos de profissão. A carga horária semanal média de trabalho docente foi de $27,3 \pm 15,1$ horas, com média de 4,2 turmas por docente. O emprego em mais de uma escola foi referido por 33,8% dos professores. Além das atividades na área educacional, 17,5% dos professores desenvolviam outras atividades remuneradas, fora da esfera docente. Dentre as características do ambiente do trabalho foram destacados: inexistência de local para descanso dos professores (55,7%); pó de giz na sala de aula

(54,9%); local da aula ruidoso (45,2%); acústica da sala deficiente; ambiente estressante (25,7%); eco na sala de aula (19,9%) e temperatura muito fria (7,6%).

Condições de Trabalho e Saúde

Problemas vocais. A Tabela 1 resume as prevalências de queixas de problemas vocais referidos pelos professores nos três estudos. Chamam atenção as elevadas prevalências das queixas de dor de garganta, rouquidão, perda temporária da voz e diagnóstico médico referido de calo nas cordas vocais.

Problemas osteomusculares. A prevalência de queixas músculo-esqueléticas foi elevada nos seguimentos corporais estudados: exceto para dor nos braços no estudo das escolas particulares de Salvador (estudo 1, 25,0%), as prevalências encontradas foram superiores a 40,0% (Tabela 2). Diagnóstico médico de LER/DORT foi dado em 12,4% dos professores atendidos no ambulatório do Sindicato da rede privada (FARIAS, 2004).

Dor nas pernas estava associada ao número de turmas maior ou igual a 2, trabalhar em mais de uma escola, possuir outra atividade remunerada além da docente e ao excesso de esforço físico no trabalho; dor nos membros superiores associou-se ao tempo de trabalho como professor maior ou igual a 14 anos, ao número de alunos maior ou igual a 30 e ao excesso de esforço físico no trabalho; dor nas costas/coluna associou-se ao número de turnos de trabalho maior ou igual a 2, número de turmas maior ou igual a 2, carga horária de trabalho maior ou igual a 40 horas, mobiliário inadequado e ao excesso de esforço físico no trabalho (RIBEIRO, 2009).

Saúde Mental. Os estudos evidenciam que o adoecimento psíquico constitui um problema de



significativa relevância entre os docentes, tanto no que diz respeito às referências de sintomas de cansaço mental, nervosismo (REIS et al., 2006), quanto na identificação de transtornos mentais comuns (TMC). As prevalências de TMC foram elevadas em todas as populações estudadas: os transtornos mentais comuns atingiram, pelo menos, cerca de 1/5 (20,1%) dos entrevistados como no estudo da rede particular de Salvador (em 1998), ou alcançaram proporções alarmantes, como no estudo de Vitória da Conquista onde se observou prevalência global de 45,5% (Tabela 3). Observou-se também que as mulheres eram mais atingidas que os homens, embora as diferenças entre as prevalências sejam mais expressivas em algumas populações do que em outras.

Características do trabalho docente como trabalho repetitivo, insatisfação no desempenho das atividades, desgaste nas relações professor-

aluno, ambiente intranquilo, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo acelerado de trabalho, desempenho das atividades sem materiais e equipamentos adequados e salas inadequadas associaram-se positivamente, a níveis estatisticamente significantes, aos transtornos mentais identificados nos estudos realizados. Aspectos psicossociais também foram relevantes à saúde mental dos docentes. Trabalho realizado em situação de alta exigência (envolvendo altas demandas psicológicas e baixo nível de controle) estava associado à maior prevalência de TMC. Análises mais detalhadas de associação entre características do trabalho e efeitos sobre a saúde mental dos professores, analisados nos estudos aqui descritos, podem ser encontrados em publicações específicas sobre o tema (ARAÚJO et al., 2003; DELCOR et al., 2004; REIS et al., 2005; REIS et al., 2006; PORTO et al., 2006).

Trabalho doméstico: elemento relevante para a análise da relação entre o trabalho e a saúde das mulheres

Como descrito no perfil dos grupos estudados, a categoria docente é composta majoritariamente por mulheres. Tal fato suscita a necessidade de dialogar, incluindo na análise da relação entre trabalho e saúde, a abordagem das relações de gênero.

Os resultados dos nossos estudos revelaram características e condições do trabalho bastante diferenciadas para os homens e as mulheres na atividade docente.

Os dados referentes aos diferenciais de gênero no estudo de professores da rede municipal de Vitória da Conquista são ilustrativos da situação,

também presente nos estudos aqui relatados da rede particular de ensino (para análise detalhada consultar ARAÚJO et al., 2006). Com relação ao nível das turmas, por exemplo, 40,0% dos homens ensinavam no Fundamental II, enquanto, entre as mulheres, o percentual, foi de apenas 18,5%. A situação em relação ao trabalho em outra escola, que pode ser indicativo de diferença na qualificação ou nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, foi mais freqüente entre os homens (63,0%) do que entre as mulheres (32,7%). Com relação às características do trabalho, as mulheres apresentavam quase duas vezes mais tempo como docente do que os homens (10,6 anos contra 5,8 anos), tinham carga horária total de trabalho maior do que a dos homens (média de 32,3 horas para as mulheres contra 28,9 horas semanais para os homens), o mesmo acontecendo com a carga horária em sala de aula (28,7 contra 24,6 horas); contudo, a renda era mais elevada entre os homens (R\$553,30 contra R\$472,10, em valores de 2001). Ou seja, mesmo tratando-se de uma população tipicamente feminina, observam-se desvantagens para as mulheres.

Estes resultados precisam contornos desiguais nas relações de gênero nas características do trabalho docente, apontando a pertinência de se levar em consideração tais diferenciações na análise de trabalho e saúde na escola.

Uma outra dimensão de diferenciações da carga de trabalho de homens e mulheres pode ser observada com relação ao trabalho doméstico. No estudo da rede particular de Vitória da Conquista, a sobrecarga doméstica (medida por atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar e limpar, ponderada pelo número dos moradores do domicílio) foi alta para apenas 3% dos homens e de 33% entre as mulheres, revelando que a responsabilidade pelas tarefas domésticas é atribuição ainda restrita às mulheres (DELCOR et al., 2004). Tal achado sustenta a necessidade de que seja computada a carga total de trabalho (trabalho profissional e doméstico) para

homens e mulheres, de modo a permitir avaliação mais precisa dos tipos de exposições a que se encontram submetidos e de sua duração.

Considerações Finais

O perfil da categoria estudada revelou predomínio de mulheres. Outras características comuns às populações estudadas referem-se à existência de múltiplos empregos, elevada carga horária total de trabalho e elevadas demandas psicológicas e físicas. As populações estudadas eram relativamente jovens, portanto, as elevadas freqüências de problemas de saúde observados podem ser indicativas de processos de desgaste precoce e acentuados nessa categoria, o que reforça a relevância de que novos estudos explorem mais detalhadamente os aspectos apontados.

Os achados relativos à saúde docente na Bahia foram similares aos estudos realizados com docentes em outros locais no Brasil (GASPARINI et al., 2006; CARVALHO, 2006; GASPARINI et al. 2006; LEITE & SOUZA, 2007; PENTEADO & PEREIRA, 2007; NORONHA, 2008), destacando-se os problemas osteomusculares, problemas de voz e problemas relativos à saúde mental. Estes problemas se associam à postura corporal, ao uso intensivo da voz e às formas de organização do trabalho, respectivamente.

As mulheres apresentaram maiores prevalências na maioria dos problemas de saúde investigados.

Os estudos realizados em professores da Bahia revelam as importantes contribuições dos aspectos relacionados ao ambiente escolar e à organização do trabalho docente para a ocorrência dos diferentes efeitos sobre a saúde investigados.

Os resultados permitem dimensionar os problemas de saúde entre docentes, evidenciando a premência de maior atenção às formas de organização do trabalho docente, de estruturação do ambiente na escola e de estabelecimento de políticas de proteção à saúde.

Desafios importantes a serem enfrentados referem-se ao dimensionamento das questões de saúde junto

aos próprios professores. A saúde docente é uma questão ainda periférica nas preocupações do setor da educação, tanto na visão da gestão escolar, quanto na dos docentes. Acostumado a cuidar do outro, o/a docente raramente direciona o seu

olhar para si mesmo, para o seu bem-estar e, especialmente, para sua saúde. Sintomas de adoecimento são negados ou minimizados; apenas quando um problema atinge um patamar de severidade elevada é que se atenta para a sua existência. Portanto, é tarefa de primeira ordem a construção de um olhar atento para as condições de trabalho e seus impactos sobre a saúde, de modo a fortalecer e ampliar o que é promotor de saúde e bem-estar e reduzir ou eliminar o que gera riscos à saúde e à vida no trabalho. ◉

Tabela 1 - Problemas vocais (em %) referidos por professores da rede particular de ensino de Salvador e Vitória da Conquista Bahia, 1996-2004.

Estudo (N)	Dor de garganta	Rouquidão	Perda temporária da voz	Diagnóstico médico calo de corda vocal
1 - Rede particular, Salvador (573)	49,5	43,5 ^a	22,6	12,0
2 - Rede Particular Vitória da Conquista (250)	45,7	59,2 ^b	22,5	12,0
3 - Atendidos no Sindicato, Rede Particular, Salvador (634)	49,4	89,6 ^b	40,0	12,0

^a - Queixa atual;
^b - Rouquidão NOS ÚLTIMOS 6 MESES, em vez de frequente / muito frequente.

Estudo (N)	Dor nos braços ^a	Dor nas pernas ^a	Dor nas costas ^a	Diagnóstico médico de LER/DORT
1 - Rede particular, Salvador (573)	25,0	47,1	45,0	---
2 - Rede Particular, Vitória da Conquista (250)	52,1	47,5	51,4	16,4
3 - Atendidos no Sindicato, Rede Particular, Salvador (634)	*	*	*	12,4

* - "Frequente" ou "Muito frequente".

Tabela 2 - Problemas osteomusculares* (em %) referidos por professores da rede particular de ensino de Salvador e Vitória da Conquista Bahia, 1996-2004.

* Essa sintomatologia não foi investigada no Estudo 3.

Tabela 3 – Prevalência (%) de transtornos mentais comuns segundo gênero entre professores em oito estudos, Estado da Bahia, 1996-2007.

Estudo (N)	Mulheres	Homens	Global
1 - Rede particular, Salvador (573)	21,4	17,0	20,1
2 - Rede Particular, Vitória da Conquista (250)	45,5	21,4	45,5
3 - Atendidos no Sindicato, Rede Particular, Salvador (634)	24,9	19,4	23,6

¹ Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

² Departamento de Saúde – SINPRO/BA

³ Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Federal da Bahia.

Referências:

ARAÚJO, T. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Salvador-Bahia. Salvador: Sindicato dos Professores no Estado da Bahia, 1998.

ARAÚJO, T.M. et al. 2003. Trabalho docente e sofrimento psíquico: um estudo entre professores de escolas particulares de Salvador, Bahia. Revista da FAEDEBA. Educação e Contemporaneidade, v. 12, n. 20, p. 485-495, 2003.

ARAÚJO T.M. et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 1117-1129, 2006.

CARVALHO, A.J.F.P; ALEXANDRE, N.M.C. Síntomas osteomusculares em professores do ensino fundamental. Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 10, n. 1, p. 35-41, 2006.

CODO, W. (org.). Educação: afeto e carinho. Petrópolis: Editora Vozes/ CNTE. 1999.

DELCOR N.S et al.. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública v. 20, n. 1, p. 187-196, 2004.

FARIAS P.M. Condições do ambiente de trabalho do professor: avaliação em uma escola municipal em Salvador- Bahia. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

GASPARINI, S.M.; BARRETO, S.M.; ASSUNÇÃO, A.A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública v. 22, n. 12, p. 2679-91, 2006.

LEITE M.P. & SOUZA A.N. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde de professores da educação básica no Brasil, Estado da Arte. São Paulo: FUNDACENTRO, 2007. Disponível em: http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/relatorio_unicamp_corrigido.pdf

NORONHA M.M.B., ASSUNÇÃO A.A., OLIVEIRA D.A.O. sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros, MG. Trabalho, Educação e Saúde, v. 6, p. 65-86, 2008.

PARANHOS, I.S.; ARAÚJO, T.M. Interrelación entre trabajo docente y salud en una institución de educación superior. In: OLIVEIRA, D.A.(Org.). Políticas educativas y trabajo docente en América Latina. Lima: Fondo Editorial Universidad de Ciencias y Humanidades, 2008. p. 151-182.

PENTEADO, R.Z.; PEREIRA I.M.T.B. Qualidade de vida e saúde vocal de professores. Revista de Saúde Pública, v. 41, n. 2, p. 236-243, 2007

PORTO L.A. et al. Doenças Ocupacionais em Professores Atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). Revista Baiana Saúde Pública, v. 28, p. 33-49, 2004.

PORTO, L.A. et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. Revista de Saúde Pública, v. 40 n. 5, p.818-826, 2006.

REIS E.J.F.B. et al. Trabalho e Distúrbios Psíquicos em Professores da Rede Municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Cadernos Saúde Pública, v. 21, p. 1480-90, 2005.

REIS E.J.F.B. et al. Docência e exaustão emocional. Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, p. 251-275, 2006.

SILVANY-NETO A.M. et al. Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Rede Particular de Ensino de Salvador. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 24, n. 1/2, p. 42-56, 2000.

Confederação debate os desafios do movimento sindical

As novas faces da educação – cada vez mais mercantilizada, o comportamento da classe sindical perante um patronato fortalecido pelos grandes conglomerados e grupos educacionais, entre outros assuntos, foram alvo dos debates do VIII Seminário de Campanha e Negociação Salarial, que aconteceu no dia 9 de setembro, no Sinpro-SP.

O Secretário de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, Fábio Zambon, deu início ao Seminário trazendo à tona justamente a questão do surgimento de grandes conglome-

rados educacionais no setor privado e, com isso, os novos desafios impostos ao movimento sindical.

“Hoje lidamos com conglomerados na educação. Como vamos negociar com eles?”, provocou Zambon, destacando a atual crise sindical e a necessidade de novas estratégias de negociação. A atividade contou com a presença de cerca de 60 profissionais, que representaram 32 entidades de todo o País.

O economista e técnico do DIEESE, Sérgio Mendonça, também participou do encontro e falou das perspectivas das campanhas salariais de 2011. Ele apresentou números bastante positivos em relação à realidade brasileira, revelando que a economia do País deve crescer e que já ocupa a 5ª posição no mundo. Trouxe ainda estudos do DIEESE e estatísticas de centros de pesquisa traçando um panorama da economia x emprego x renda x crescimento.

Ao final, os representantes das entidades partiram para a discussão e deliberação de ações conjuntas dos Sindicatos nas negociações coletivas do próximo ano. Para Zambon, “é preciso encontrar novas formas de negociação”, considerando as realidades novas, demandadas pela tecnologia, como a “hora tecnológica”, cuja contabilização ainda depende de regulação.

Arquivo CONTEE



Seminário anual reúne Coletivo jurídico da CONTEE

Discutir questões que têm trazido dificuldades no empenho do trabalho e são motivo de desrespeito aos profissionais foi um dos objetivos do VIII Seminário Jurídico da CONTEE, que aconteceu em 10 de setembro, na sede do Sinpro-SP.

Mestres, técnicos administrativos, trabalhadores e trabalhadoras puderam se atualizar e se preparar para lidar com as constantes mudanças no meio educacional. “Esses encontros são muito necessários. Precisamos nos preparar para não cairmos nas armadilhas existentes dentro do sistema de ensino privado”, pontuou o diretor jurídico do Sinpro Sul Fluminense, Marco Antonio Rodrigues.

A Mercantilização do Ensino no Brasil foi o tema que abriu o



seminário. O advogado e professor da PUC-MG, Samuel Pontes do Nascimento, apresentou o painel dando um panorama das atividades educacionais sob a perspectiva jurídica – da educação como direito constitucional – e o desenrolar dos decretos e leis que tornaram o ensino privado – que é uma concessão do Estado – meio de adquirir lucros.

Na segunda parte do evento, estiveram em pauta temas de interesse da CONTEE e das entidades filiadas. A assessora jurídica da CONTEE, Dra. Deláide Miranda Arantes, atualizou o coletivo quanto ao acompanhamento que tem feito no Ministério Público dos processos das entidades filiadas, via CONALIS. A Coordenadoria Na-

cional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) tem o papel de uma “comissão sindical” no MP. “De grande importância, esse coletivo é que vai definir as políticas de atuação da Confederação para o próximo semestre. Vamos unificar nossa atuação de acordo com as necessidades jurídicas”, declarou a advogada.

CONTEE entrega pauta de educação para Dilma

No dia do professor, a CONTEE participou em São Paulo de um grande ato que reuniu trabalhadores em educação, estudantes e pesquisadores em apoio à candidatura de Dilma Rousseff para Presidência da República.

Para um público de mais de três mil pessoas, a então candidata Dilma Rousseff reafirmou seus compromissos com a educação e recebeu de várias entidades manifestações de apoio.

Na ocasião, a CONTEE entregou à Dilma Rousseff um

Roberto Suckert Filho



documento com uma breve avaliação da conjuntura política do País, apontando os avanços obtidos – em particular na área da educação – e apresentando oficialmente o apoio da Confederação à candidata. Além de uma plataforma educacional com as contribuições da entidade para

o próximo governo.

Para conhecer o conteúdo do documento, na íntegra, acesse o Portal da CONTEE na internet.

3º programa da TV

Em novembro, entrou no ar a 3ª edição da TV CONTEE Online. O programa traz uma entrevista com o Professor Samuel Pontes do Nascimento, professor da PUC-MG, e as coberturas dos Seminários de Campanha e Negociação Salarial e Jurídico, realizados pela CONTEE, em agosto.

O programa está disponível no Portal da CONTEE e pode ser assistido a qualquer momento. Para enviar suas críticas e sugestões para as próximas edições da TV Contee Online, encaminhe um e-mail para: tvcontee@contee.org.br





CONTEE participa de Encontro Latino Americano de Sindicatos de Educação

A CONTEE participou em Assunção, Paraguai, no final de outubro, da segunda reunião que discutiu o Projeto de Consolidação do Processo de Formação Profissional e Sindical em Educação na América Latina. Representando a Confederação, a Secretária Geral da entidade, Cristina Castro, afirmou que participar do evento foi “uma experiência muito interessante, porque podemos conhecer a realidade e atuação sindical dos

diversos países presentes e pensar coletivamente ações que podem ser desenvolvidas pelas entidades sindicais de educação, no principal objetivo aqui caracterizado, que é a luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada”.

No Encontro, os sindicatos da região Andina puderam trocar experiências e discutir o fortalecimento sindical na atual conjuntura política da América Latina. Estiveram presentes na atividade, organizada pelo Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), representantes de entidades do Paraguai, Argentina, Uruguai, Brasil e Chile. Os sindicalistas debateram o conceito de organização e estrutura dos sindicatos, atualizando suas propostas estratégicas na perspectiva da defesa de uma educação pública de qualidade.

Definido calendário para o Seminário Nacional de Educação Superior

A Diretoria Executiva da Confederação decidiu ampliar o período de realização dos Seminários Regionais / Estaduais de Educação Superior, assim como o mês de realização da Etapa Nacional. A decisão foi tomada pela diretoria executiva da entidade para permitir que os sindicatos filiados tenham mais tempo para preparar o debate e reunir o maior número de profissionais da educação nas discussões.

Sendo assim, o novo calendário será:

- *Seminários Regionais / Estaduais: Até o final de abril de 2011.*
- *Envio dos resultados nos seminários Regionais / Estaduais: Até 13 de abril de 2011*
- *Seminário Nacional: Junho de 2011 (data a ser definida)*

A CONTEE disponibilizou também os textos que deverão ser utilizados como base para os debates Regionais/ Estaduais, a fim de que seja possível sistematizar o resultado dos debates e construir um perfil nacional do setor. Os textos de referência estão disponíveis no Portal da Confederação na internet.

Importante: Somente poderão participar da etapa nacional aqueles que participarem das etapas Regionais/ Estaduais. Os demais critérios de participação serão estabelecidos pela direção da CONTEE e comunicado a todas as entidades.

Na pauta Positiva

Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:

Centrais criam Fórum para discutir a saúde do trabalhador

Foi criado, pelas Centrais Sindicais, um Fórum Nacional sobre Saúde e Segurança. A ideia é trazer para discussão coletiva os problemas vividos pelos trabalhadores. O Fórum terá um representante, nomeado de Secretário Executivo, que revezará o cargo de seis em seis meses.

O primeiro Secretário Executivo será Manoel Messias Melo, da CUT. Segundo ele, “o Fórum é um espaço de articulações onde se discutirá a posição das Centrais sobre a Saúde do Trabalhador”. O projeto prevê que seus representantes se reúnam a cada dois meses para discutir pautas de interesse comum, podendo incluir também temas sugeridos pelo Dieese e o Diesat.

De acordo com o dirigente, a importância da iniciativa se dá na perspectiva de unificar as discussões suprimindo a carência existente de um espaço que juntasse todas as informações e debates. “É um lugar que tratará todos os temas relacionados à saúde e segurança de forma global, conseguindo assim, interferir na agenda governamental”, afirmou.

DIESAT: 30 anos de história

Em agosto de 2010, o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) completou 30 anos. Em função das comemorações, a entidade promoveu ao longo de todo o ano, eventos e projetos específicos, na tentativa resgatar sua história de ações fundamentais no campo da pesquisa e na assessoria para qualificar dirigentes sindicais sobre saúde do trabalhador.

A CONTEE parabeniza o DIESAT – órgão voltado a assessorar o movimento sindical na temática saúde do trabalhador – e destaca suas inúmeras contribuições, por meio de estudos, pesquisas, livros, revistas, seminários, palestras e debates desenvolvidos ao longo desses 30 anos.

Com informações do DIESAT

Desafios para a *noSSa Luta*

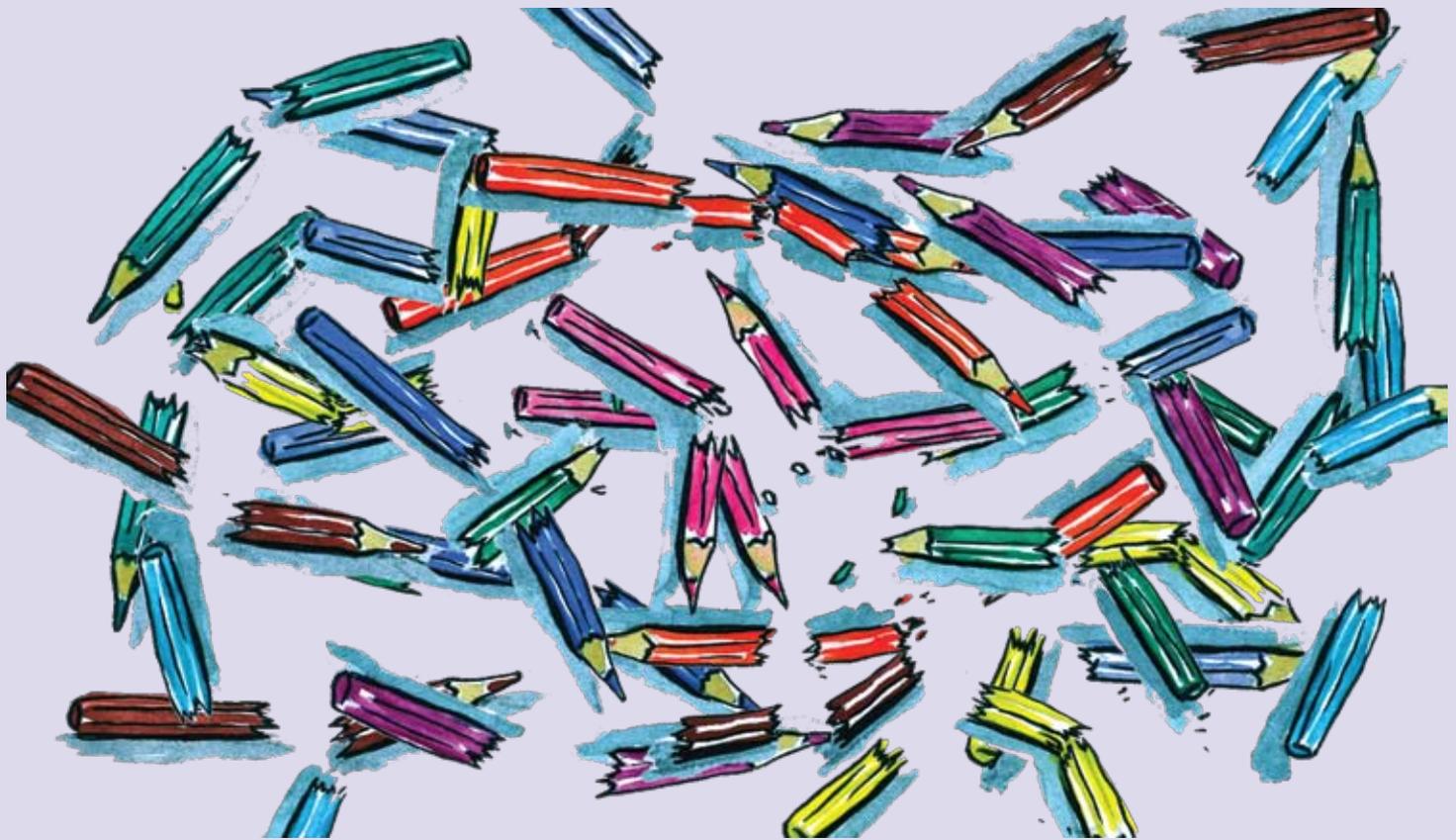
A defesa da saúde do trabalhador deve ser prioridade no movimento sindical. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

Pesquisas e estudos preocupam entidades

Precarização do trabalho diante da mercantilização do ensino tem afetado diretamente a qualidade de vida e a saúde dos trabalhadores em educação. Esta constatação vem se confirmando a partir dos resultados de inúmeras pesquisas e estudos realizados pelas entidades sindicais filiadas à Confederação.

Questões como assédio moral, péssimas condições de trabalho, salas de aulas super lotadas, pressão de estudantes, pais e donos de estabelecimentos de ensino, além de baixos salários e nenhuma valorização profissional têm afetado o dia a dia dos profissionais de educação, sua saúde e, conseqüentemente, a própria qualidade de ensino.

É cada vez mais urgente transformar a realidade dos trabalhadores em educação em nosso País, a fim de que possamos de fato fazer do Brasil uma nação justa, democrática, igualitária e desenvolvida.



Desgaste e violência *na sala de aula*

O avanço da mercantilização da educação afeta de maneira contundente as condições de trabalho nos estabelecimentos de ensino e a até mesmo relação entre professores e estudantes, resultando em situações graves de desgaste emocional, cansaço físico e mental e violência na sala de aula.



A violência dentro das escolas há muito afeta professores e demais trabalhadores das instituições privadas de ensino e com o avanço e o aprofundamento dos processos de mercantilização da educação a situação apenas se agrava. Os problemas se dão, de modo geral, justamente na base das relações estabelecidas entre trabalhadores e estudantes – ponto primordial da educação. Isto porque, quando estudantes são tratados como clientes, que “sempre têm razão”, a dinâmica educacional fica comprometida e os professores, em especial, sujeitos a todo o tipo de agressões e constrangimentos – tanto por parte de estudantes, quanto de pais, como da própria direção dos estabelecimentos de ensino.

Tais problemas já foram constatados em pesquisas, como a realizada no último ano pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, em parceria com o Ministério do Trabalho, por meio da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro); a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Fitee); e Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar (Saae-MG).

A pesquisa, intitulada: “O trabalho e o agravo à saúde dos professores da rede privada de ensino de Minas Gerais”, apontou três principais problemas de saúde decorrentes das más condições de trabalho: a hipertensão, vinculada ao estresse; o desgaste das cordas vocais, dores de garganta e rouquidão; e cansaço físico e mental. Na ocasião, dados revelaram que o percentual de professores que alegam sofrer cansaços físico e mental é de 92,84%.

Já aproximadamente 41% dos professores reclamaram que já foram agredidos ou ameaçados por estudantes pelo menos uma vez. De acordo com a coordenadora do estudo, Maria das Graças de Oliveira, “o processo de adoecimento no setor educacional é cada vez maior, em decorrência da

mercantilização da educação e do aumento da carga de trabalho”.

Ainda segundo a pesquisa, há uma associação direta entre o número de alunos em sala de aula e a possibilidade de o professor apresentar problemas de saúde, como rouquidão e dores de cabeça, e um dos maiores motivos de afastamento na categoria está relacionado a dores nas pernas.

VIOÊNCIA EM NÚMEROS

- 92,84% dos professores que alegam sofrer cansaços físico e mental;
- 41% dos professores reclamam que já foram agredidos ou ameaçados;
- 40,25% se queixam do desgaste na relação direta entre aluno e professores;
- 27% dos agredidos foram vítimas de ameaças, assédio moral ou violência psicológica;
- 5% dos professores denunciaram ter sofrido violência física.

Fonte: Dados da pesquisa “O trabalho e o agravo à saúde dos professores da rede privada de ensino de Minas Gerais”.

Conflito com estudantes desgasta 40,25% dos professores

A relação direta entre aluno e professor, que deveria ser um dos pilares da educação, transformou-se na principal causa de desgaste entre os docentes de escolas particulares de Minas Gerais. A queixa foi apontada por 40,25% dos quase 2.500 profissionais entrevistados.

A pesquisa confirmou ainda que os profissionais também sofrem com a sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções não-relacionadas ao cargo e o constante medo de serem demitidos, em especial no fim do ano. “Muitas vezes, ele sofre calado por medo de perder o emprego”, diz Maria das Graças. Os fatores podem estar ligados a casos cada vez mais

frequentes de hipertensão e acidente vascular cerebral (AVC) junto à categoria.

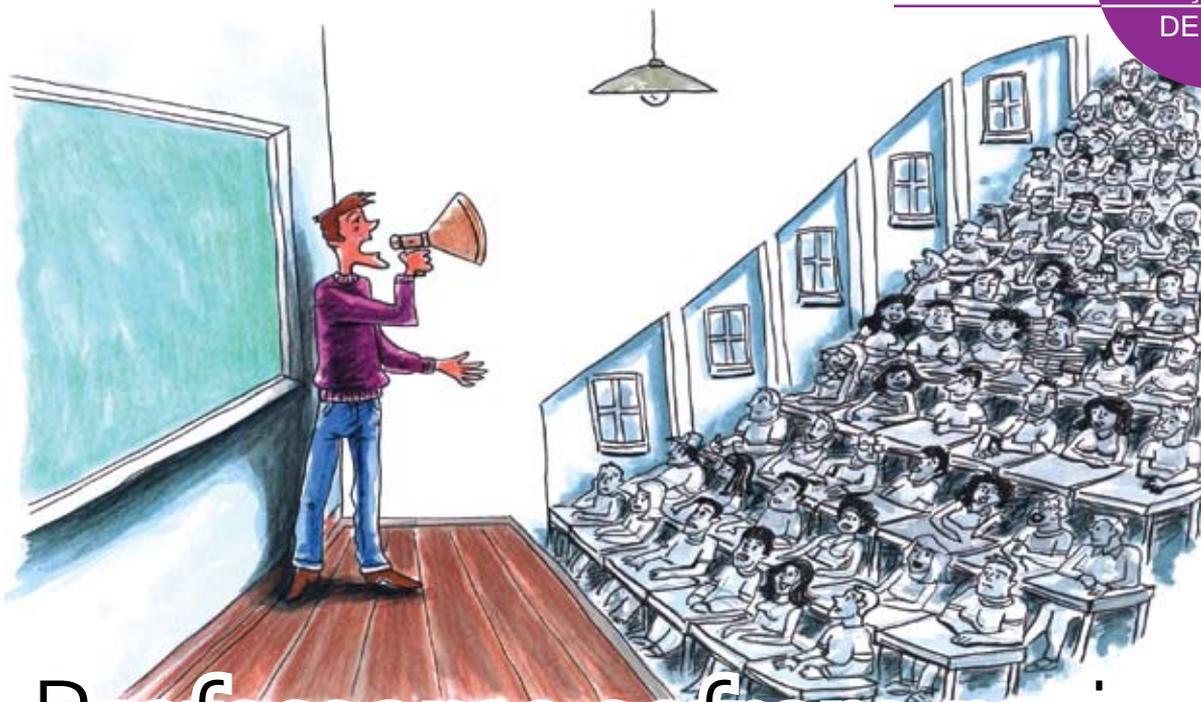
A maior parte dos agredidos (27%) foi vítima de ameaças, assédio moral ou violência psicológica. Cerca de 5% dos professores denunciaram ter sofrido violência física. Para Maria das Graças, o drama dos educadores das escolas particulares é ainda maior porque, em geral, eles não encontram apoio nem da direção das instituições nem dos pais dos alunos. Os docentes têm medo de serem demitidos se denunciarem as agressões. A conclusão do estudo indica que o principal agressor no setor privado é o estudante com alto poder aquisitivo, que não respeita os limites e tampouco é repreendido pelos pais.

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ex-membro do observatório europeu de violência escolar, Luiz Alberto Gonçalves acredita que o poder econômico se sobrepõe à relação educacional. “Os professores ficam acuados porque podem ser demitidos a qualquer momento. Então, sofrem a violência calados.”

A Internet também é um meio de violência. A pesquisa recolheu depoimentos de professores que afirmaram ter sido vítimas de agressões feitas pelo Orkut. O site de relacionamentos é usado por alunos da rede privada para expressarem o ódio pelos professores, denegrirem a imagem dos docentes e até combinarem agressões em massa contra eles.

Tais constatações não só comprometem a saúde dos professores como afetam a qualidade do ensino. A situação demanda ações imediatas e contundentes por parte de toda a sociedade para coibir a precarização do trabalho e o adoecimento da categoria. Afinal, a sala de aula não pode se tornar um local de ameaças ou agressões constantes. Infelizmente, mais uma consequência nefasta do processo de mercantilização da educação em nosso País. ●





Professores sofrem mais com problemas de voz

Os problemas com a voz são apontados como um dos fatores de maior relevância quando tratamos da questão da saúde dos professores. As dificuldades e doenças relacionadas são causas de muitos afastamentos e até mesmo de problemas crônicos, em alguns casos. Isso porque a voz é o principal instrumento de trabalho do professor, que a utiliza para ensinar, transferir conhecimentos, emoções, coordenar a sala de aula e dinamizar os conteúdos transmitidos.

Os professores sofrem mais com problemas de voz do que a população em geral e para boa parte deles esses problemas têm trazido limitações sérias para o exercício da profissão. É que o que mostra o estudo “Panorama epidemiológico sobre a voz do professor no Brasil”, feito pelo Centro de Estudos da Voz (CEV) e pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO), em associação à Universidade de Utah, nos Estados Unidos, no último ano.

Mais de 63% dos professores relataram já terem tido alterações vocais, contra 35,3% daqueles que não exercem atividade docente; 15,7% dos professores tiveram que mudar de atividade dentro da escola em razão do agravamento de sintomas vocais e mais de 16% consideraram a necessidade de mudar de profissão no futuro pelo mesmo motivo.

A pesquisa também revela que é maior o número de professores que perderam dias de trabalho devido a problemas de voz do que aqueles que não exercem função docente. Enquanto os demais profissionais não chegam a perder um dia de trabalho devido a agravos

da saúde vocal, os professores totalizam quase cinco dias perdidos, em média.

Em todos os 14 sintomas vocais apurados pela pesquisa – tais como rouquidão, dor de garganta e cansaço vocal – a incidência maior se dá entre os docentes. Tanto em problemas ocorridos no passado quanto com vivenciados na atualidade. E os professores relacionam, em percentuais bem mais elevados, os sintomas à sua atividade profissional.

“Os dados mostram que, no que refere à voz, os professores estão em situação de risco. Os problemas têm impacto significativo no trabalho docente. Isso só reforça a necessidade de um trabalho preventivo, de forma a alertar o professor sobre como fazer o uso consciente de sua voz, se possível ainda em sua formação, quando está na faculdade”, explica Fabiana Copelli Zambon, fonoaudióloga do SINPRO-SP e uma das autoras do estudo.

O “Panorama epidemiológico sobre a voz do professor no Brasil” reproduz uma pesquisa norte-americana, desenvolvida na Universidade de Utah. “Os resultados de lá também mostraram que os professores sofrem mais com problemas de voz”, informa Fabiana.

O estudo brasileiro ouviu professores de todos os estados brasileiros, das redes pública e privada, e também

profissionais de outras áreas, sem qualquer relação com o exercício do magistério, totalizando 3.265 indivíduos.

As diferenças apuradas entre os dados dos professores e dos demais profissionais são de muita força estatística, o que mostra a difícil realidade docente no que se refere à saúde vocal.

Os dados da pesquisa brasileira foram apresentados no 17º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, no 1º Congresso Ibero-Americano de Fonoaudiologia e, recentemente, no “The Voice Foundation”, um dos mais importantes congressos internacionais sobre voz no mundo, realizado na Filadélfia, nos Estados Unidos, onde as discussões sobre a importância do trabalho preventivo nos cuidados com a voz ganharam força. Dando fechamento a este trabalho, o SINPRO-SP lança um livreto com as principais conclusões da pesquisa, que servirá de apoio para diversas ações de conscientização sobre a importância dos cuidados com a voz do professor. 

Publicado originalmente no site do SINPRO-SP

REJEITADA OBRIGATORIEDADE DE MICROFONE PARA PROFESSOR

No último mês de abril, a Comissão de Educação e Cultura rejeitou o Projeto de Lei 3757/08, do deputado Ricardo Quirino (PR-DF), cujo objetivo era obrigar escolas públicas a oferecerem microfones aos professores de turmas do ensino médio e superior com mais de 40 alunos. Como tramitava em caráter conclusivo, a proposta foi arquivada.

O objetivo do autor era evitar problemas de voz que costumam prejudicar professores. Entretanto, entidades de educação e sindicatos de todo o Brasil encaravam a iniciativa com muita reserva e preocupação, uma vez que os recursos e equipamentos utilizados em sala de aula são bem-vindos, mas não podem implicar em outros danos ao ensino e às condições de trabalho dos professores, como, por exemplo, o estímulo ao aumento do número de estudantes por turma.

Para a CONTEE, a qualidade do ensino está diretamente ligada à valorização dos profissionais e de suas condições de trabalho. Por isso, é preciso estabelecer parâmetros adequados para o exercício docente, com limitação de estudantes por turma, além de estrutura condizente e amplo apoio aos trabalhadores da educação.

Com informações da Agência Câmara

Educação Privada



Tudo tem limite? Número de estudantes por turma, não.

Diga **sim** ao Sistema Nacional de Educação
e garanta o limite de estudantes por turma

saiba mais em www.contee.org.br/digasimaosne.org.br

Parâmetros de qualidade social | Controle público | Valorização dos professores e técnicos administrativos da educação privada



contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Educação de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br